

ARNON DE MELLO

UMA EXPERIÊNCIA
DE
GOVÊRNO

35

Livraria JOSÉ OLYMPIO Editora

ARNON DE MELLO

"Regozijo-me com os alagoanos que têm agora à frente do seu govêrno um jovem homem público que é um dos maiores talentos de organização e uma das maiores capacidades de ação do Brasil de hoje. Ao mesmo tempo é êle um intelectual; e recordo-me com satisfação que minhas aulas de Antropologia e Sociologia na Universidade do Rio de Janeiro tiveram nêle, por volta de 1936 ou 37, um ouvinte não só inteligente como atento, que tomava notas, participava das discussões, lia os livros recomendados pela cátedra.

... Alagoas, elegendo o Sr. Arnon de Mello governador, ligando-se politicamente a Arnon de Mello, fêz casamento não sòmente de amor como de conveniência. Uniu-se àquele que românticamente corresponde a seus melhores anseios de renovação, e, ao mesmo tempo, a homem capaz de cuidar dos assuntos alagoanos com o mais seguro senso prático e o mais forte espírito público."

GILBERTO FREYRE
(O Jornal — Rio, 5-4-1951)



"Não me surpreende a obra formidável que se fêz em Alagoas nestes cinco anos. Conheço Arnon de Mello desde 1930 e sei da sua capacidade de administrador, porque o vi ganhar fortuna no Rio graças ao seu talento de realizar, à sua capacidade de trabalho, à sua inteligência e à sua rigorosa honestidade. Alagoas está no Brasil à frente de grandes Estados, como se vê por esta estrada e outros empreendimentos do Govêrno atual.

Parabéns a Arnon, parabéns a Alagoas e parabéns ao Brasil."

JURACI MAGALHÃES
(Gazeta de Alagoas — Maceió,
31-1-1956)

UMA EXPERIÊNCIA
DE
GOVÊRNO

DO AUTOR:

OS SEM-TRABALHO DA POLÍTICA

Prefácio de Gilberto Amado

Paulo, Pongetti & Cia. — Editôres

Rio, 1931.

SÃO PAULO VENCEU!

Prefácio de João Neves

Flôres & Mano Editôres

Rio, 1933.

ÁFRICA (Viagem ao Império Português
e à África do Sul)

Livraria José Olympio Editôra

Rio, 1940.

A VERDADEIRA SITUAÇÃO DE ALAGOAS

Livraria São José

Rio, 1957.



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 110,
e Avenida Nilo Peçanha, 12, 6.º andar
São Paulo: Rua dos Gusmões, 104
Belo Horizonte: Rua São Paulo, 684
Recife: Rua do Hospício, 155
Pôrto Alegre: Rua dos Andradas, 717

ARNON DE MELLO

UMA EXPERIÊNCIA
DE
GOVÊRNO

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
RIO DE JANEIRO — 1958

Desta 1.^a edição de *Uma Experiência de Governo* foram tirados, fora de comércio, cinquenta exemplares em papel *Westpost*, assinados pelo autor.

*À Leda,
minha mulher, a quem devo
inestimável colaboração e es-
tímulo.*

*Ao povo alagoano,
aos meus correligionários,
aos meus auxiliares,
a todos quantos, do mais gra-
duado ao mais modesto, me aju-
daram na obra de govêrno, que
é tanto minha como dêles.*

ÍNDICE GERAL

Introdução	XV
Discurso de aceitação da candidatura	3
Início de govêrno	15
Confiança no povo	27
Manifestação da consciência alagoana	41
Prestando contas ao povo	57
Realizações administrativas	81
Ao fim do govêrno	125



NOTA DA EDITORA

Dados biográficos do Autor — ARNON DE MELLO (ARNON AFFONSO DE FARIAS MELLO) nasceu a 19 de setembro de 1911, no engenho Cachoeirinha, Município de Rio Largo, Estado de Alagoas, filho de Manuel Affonso de Mello, agricultor, e Lúcia de Farias Mello.

Fêz seus estudos secundários no Colégio Diocesano e no Ginásio de Maceió — neste, por algum tempo, como aluno interno. Em 1925, tendo seu pai, com a crise açucareira, ficado em difícil situação financeira, foi obrigado a trabalhar, primeiro num armazém de açúcar, em Maceió, e depois como revisor e repórter do Jornal de Alagoas. A êsse tempo ingressou no Grêmio Literário Guimarães Passos, que reunia a mocidade estudantil de Alagoas, e ao qual pertenciam, entre outros, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Valdemar Cavalcanti, Manuel Diegues Júnior, Raul Lima, Aloísio Branco e Paulo do Couto Malta.

Concluído em 1929 o seu curso ginasial, veio para o Rio em fevereiro de 1930. Ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade Nacional de Direito), bacharelando-se em dezembro de 1933, e em seguida na imprensa carioca, tendo trabalhado primeiro em Vanguarda

e depois no Diário de Notícias, no Diário Carioca e em O Jornal.

É de 1931 seu primeiro livro, Os Sem-Trabalho da Política, que reúne entrevistas com os políticos afastados do poder pela Revolução de 30, entre eles Gilberto Amado, Humberto de Campos, José Maria Belo, Melo Viana.

Lança dois anos depois novo livro — São Paulo Venceu! — reportagem sobre o movimento constitucionalista de 1932, por ocasião do qual foi correspondente da guerra junto às forças em operações no Vale do Paraíba.

É nomeado em 1934 advogado da Associação Comercial do Rio de Janeiro e Secretário do seu Departamento Jurídico. De 1935 a 1940 foi secretário geral da Liga do Comércio do Rio de Janeiro.

Em 1935 foi aos Estados Unidos, em missão jornalística dos Diários Associados. Freqüentou em 1936 o Curso de Sociologia e Antropologia da Universidade do Distrito Federal.

De 1936 a 1942, dirigiu o Jornal de Alagoas, de Maceió, embora continuasse residindo no Rio.

Logo após o golpe de Estado de 1937 afastou-se do jornalismo, para dedicar-se ao comércio, fundando uma empresa de negócios imobiliários e incorporando diversos edifícios no Rio de Janeiro.

A convite da Associação Brasileira de Imprensa, de cujo Conselho Diretor era membro, integra, em 1939, como representante da imprensa brasileira, a comitiva do General Carmona, então presidente de Portugal, em sua visita à África Portuguesa e à África do Sul. Finda tal missão, esteve, em setembro de 1939, na França, na Espa-

nha e em Portugal. Em dezembro desse ano contraiu núpcias em Lisboa com Leda Collor, filha de Lindolfo Collor, o primeiro ministro do Trabalho do Brasil, então exilado na Europa. Tem cinco filhos.

Em 1940, publica África, onde se enfeixam as suas impressões acêrca dos países que visitou. Nesse mesmo ano entrou como membro da Sociedade Brasileira de Antropologia, de que era presidente Artur Ramos.

Eleito membro da Academia Alagoana de Letras em 1944.

Participou, em 1945, da luta pela redemocratização do país, e candidatou-se a deputado federal, perdendo as eleições.

Em 1950 foi eleito, por grande maioria de votos, governador de Alagoas e deputado federal por aquêle Estado.

Tendo deixado em 1956 o govêrno, voltou à direção dos seus negócios no Rio.

Acaba de ter o seu nome lançado, em Alagoas, como candidato a senador nas eleições de 3 de outubro dêste ano.

É membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Rio de Janeiro, abril de 1958.

INTRODUÇÃO

A quase dois anos do fim do meu período de govêrno em Alagoas, longe das paixões e emoções provocadas pelo exercício do poder, ausente do meio em que atuei no quinquênio de preocupações e responsabilidades a que me chamou o povo alagoano, recorro, com isenção de ânimo e sem temor da verdade, as impressões que recolhi desses dias intensos e tumultuosos, já manifestadas algumas delas ao correr do meu mandato, nos discursos aqui reunidos, e sempre confirmadas no meu espírito à medida que se alonga o tempo.

A marca mais profunda deixada pelo poder em quem o exerce com a consciência da sua missão é, sem dúvida, a do sofrimento, resultante, em primeiro lugar, da impossibilidade de resolver como seria mister os problemas de ordem geral. Além da insignificância do esforço humano ante o imenso das necessidades, é sempre curto o período do mandato popular para a solução dos problemas coletivos, que dia a dia se multiplicam e se agravam, sobretudo num país em crescimento desordenado como o nosso, ao mesmo tempo que suscitam e aumentam as privações, acentuadas pelas desigualdades sociais e contradições do regime vigente. As questões mesmas da economia interna do govêrno, que para prestigiar-se e manter-se necessita dedicar atenções sem conta a

pequenos nada e a providências distantes da vista do povo, desgastam-lhe energias e tiram-lhe parte preciosa do tempo. E, concluído o mandato, evidencia-se normalmente que, embora extraordinário o esforço, não corresponde seu resultado à vontade de ser útil do governante, nem atende de todo aos reclamos da coletividade. Chega-se até, as mais das vèzes, à melancólica impressão de haver carregado água em cèsto.

Afora o sofrimento nascido de tal impossibilidade, há para o homem de govèrno, como para o homem público em geral, o sofrimento provocado pela injustiça com que se lhe apreciam as ações. Sério descompasso existe entre o julgamento dos contemporâneos e os atos do Govèrno, que sòmente com o andar do tempo se mostram na sua verdadeira significação. Difícil conciliar o conhecimento com a suposição: não se pode viver e sentir o passado com as mesmas emoções que êle comunicou à gente da época, como não se pode antecipar o futuro, conhecer desde logo os frutos de uma árvore que hoje se planta. Daí o atordoante e desconcertante das opiniões divergentes em tórno da obra e da personalidade do chefe do Poder Executivo; opiniões desdobradas em excessos de acusações e aplausos que se aprofundam pelos descontentamentos e favores que suscite e conceda, tanto quanto pelos erros e acertos que cometa e pratique. Nada melhor que o exercicio do poder público para ensejar a observação dèsses traços da natureza humana, dessa tendência invencível de certos sêres humanos para a insatisfação ou a conformação, o protesto ou o assentimento. Convi-ve-se todos os dias com o tipo daquele espanhol

que, chegando a uma ilha perdida, indagou, pressuroso: — “¿Aquí hay gobierno?” — para logo definir-se: — “Si hay, soy contra.” Cobra, realmente, a política, nesse particular, bem alto preço a quem ambiciona a glória de servir à coletividade. Lembre-se a propósito a resposta do estadista francês a um jovem que o procurava para saber se deveria dedicar-se à vida pública: — “Se você tem fortaleza de alma para suportar as piores injúrias, calúnias e infâmias, se não perde a serenidade ao ser chamado ladrão, assassino, incestuoso, monstro, então ingresse na política, e poderá ser útil à sua Pátria.” Há também, em contrapartida, aquêle tipo que, permanentemente sensibilizado e atraído pelo poder, age na vida pública como se o govêrno fôsse um automóvel e êle seu passageiro, a quem o chofer, bom ou mau, não interessa, pois o que quer é tão-sòmente utilizar o veículo. Diga-se, afinal, que excessos de insultos como de elogios se confundem nos malefícios que possam causar ao homem público, cuja força íntima tem de inspirá-lo e dar-lhe vitalidade para resistir — imperturbável, com a mesma intensidade e firmeza, sem perder o senso da realidade nem a consciênciã do seu objetivo — aos impactos de uns e aos enleios de outros.

Com efeito, ante os excessos dos elogios e dos insultos, concomitantemente estimulado no seu orgulho e ferido no seu amor-próprio, tem o governante de realizar um contínuo esforço de autocritica e autodomínio para que não o encandeie e desfigure a vaidade, nem o abandone o equilíbrio. Encarnando uma coletividade, uma soma de vontades, e representando também vontades contrárias àquelas que o elevaram

ao Govêrno, cumpre-lhe, se não quer atraiçoar o povo que lhe conferiu o poder, diluir-se no interêsse geral, subordinar sempre os sentimentos individuais às conveniências públicas, vencer-se a si mesmo. Havendo necessariamente de ser ator, não se concebe, todavia, jamais esqueça a extensão e profundez da sua responsabilidade, a repercussão de seus atos na vida da comunidade, a extraordinária importância do fator pessoal no Govêrno, que será bom ou mau na razão direta das virtudes ou defeitos de quem o chefia. Que não lhe falte nunca, assim, o bom senso: do contrário, o poder será em suas mãos o que seria uma arma nas mãos de uma criança. Já S. Tomás de Aquino frisava que o lugar occupado pelo governante nos seus domínios "é como o lugar que occupa a alma no corpo e como o que occupa Deus sôbre todo o universo". E acentuava que "os maus reis levam sôbre sua consciência não só os pecados próprios, mas também os pecados daqueles aos quais deram ocasião de pecar".

Tais responsabilidades impõem, por outro lado, ao governante uma devoção sem limites à coisa pública, uma indormida vigilância, quase diria o dever supremo de velar, um permanente estado de alerta, no qual sobressaia, antes de tudo, a preocupação de se informar e de ouvir, ouvir muito, quantos lhe possam levar qualquer esclarecimento, sem, no entanto, deixar de ouvir também a sua voz interior, aquelas sugestões íntimas que lhe vêm da alma, muitas vêzes diversas de tôdas as outras, mas a cujo respeito caberia igualmente afirmar que têm razões que a razão desconhece. Nem sempre pode o governante ajustar-se às medidas da época, tanto a sua

visão não deve cingir-se ao limite dos dias que correm, mas estender-se aos dias futuros. Se éle não foi eleito para marcar passo e sim para prosseguir, obriga-se, conseqüentemente, a quebrar os velhos modelos ancilosados pelas exigências dos novos tempos. Não importa que alguém lhe considere loucura o arrôjo das iniciativas e deliberações, desde que sejam profundas as raízes delas. Indispensável se lhe torna, sobretudo, não ceder nunca, mas resistir, resistir inflexivelmente a fôrças de pressão que, para detê-lo ou transviá-lo, não raro se apresentam como de defesa de causas coletivas, quando em verdade se constituem para defender interêsses pessoais ou de grupos. Evidentemente o êrro de ação não é menos grave que o êrro por omissão, e qualquer dêles pode comprometer de modo definitivo a sorte do governante.

Problema sério, realmente, é manter a harmonia, a unidade, a eficiência, o prestígio, a autoridade do govêrno enfrentando tantas pressões que lhe coalham o caminho e ainda mais se exercem em regime de representação proporcional como o nosso. Para o poder público levar, aí, a melhor, faz-se imperativo que entre em ação a política. O governante que pensa excluir-se dela para dedicar-se de todo à administração incide em doce e perigoso equívoco. Não lhe será possível de modo algum desvincular-se da política, se quer empreender, se quer governar. Bom ensejo teve em Haia o nosso Rui Barbosa de frisar que a política é tudo, está em tudo, e para o homem de govêrno ela é ainda mais: é a sobrevivência mesma. Cravam-se na política as matrizes da obra administrativa, como as bases da própria

permanência e segurança do poder público. Ou isto, ou o governante se submete à condição de segundo, dependente da aprovação ou do veto de outrem, que, detentor da força política, logo se torna a verdadeira fonte da autoridade. E ter o poder e não exercê-lo não é apenas uma demissão do poder, mas da vida. Governo, já se disse, é missão da Providência, a qual não se pode, por vontade própria, passar a terceiro.

Para contar com apoio político, há de ser continuamente o governante todo antenas no sentido de captar as reações que seus atos provoquem no meio de correligionários ou adversários, entre os partidos, as classes, nos diversos setores de que se compõe a comunidade. E há de mergulhar fundo na alma coletiva em busca de inspiração para que seus atos coincidam com os anseios gerais, para que suas palavras e ações sejam menos dêle que do povo. Tacha-se de demagogo, entre nós, a quem procura aproximar-se do povo, ainda que no empenho de o esclarecer e servir. Demagogo não pode ser, entretanto, quem assim procede, mas quem promove a anarquia, iludindo e enganando o povo, mentindo e faltando ao povo. Se é o povo a origem do poder, cumpre ao governante democrata nunca desprezá-lo, mas, ao contrário, interessar-se pelo contato com êle, disputar-lhe o convívio, captar-lhe a intimidade. Pois, se procuramos o povo para a conquista dos votos, por que, obtidos êstes, nos separarmos dêle, se é dêle afinal que nos vêm, além do voto, as sugestões e o estímulo com que corresponder-lhe à confiança?

O voto secreto, já firmado entre nós de tal modo que não é fácil prever o resultado de um pleito, exige, ademais, aproximação maior entre o governante e o

povo, entre o líder político e o povo, entre o candidato a postos eletivos e o povo, tanto mais quanto se sabe que o prestígio eleitoral dificilmente se transfere. Sendo o sufrágio universal baseado no número e não na qualidade, acabou êle com a fase em que a eleição de alguém dependia apenas da vontade de um ou de poucos. O líder popular pode apoiar determinado candidato e o povo não o seguir, assim como o governo, com todo o seu poderio, pode perder eleições, e no Brasil as vem perdendo constantemente. Razões diversas explicam, aliás, êsse crescente movimento contra o poder, movimento que muito se alimenta e revigora nas injustiças sociais. Expressão pública, o governo, do regime vigente, para êle apelam os que têm a pedir, tanto como a êle se dirigem os protestos de tôdas as dificuldades e amarguras. Permanecem insatisfeitas ou crescem as necessidades, aumentam as reações ao poder, e estas, quando não se exprimem pelas armas, manifestam-se, com o voto secreto, através das urnas, que drenam, assim, as energias revoltadas, e aliviam, como válvulas, o sofrimento das fôrças anônimas da coletividade. Acentuemos, todavia, que o voto secreto é reflexão e emoção: pela reflexão, o eleitor, com a garantia do sigilo, vota a favor do líder em quem confia ou contra aquêle que lhe faltou; mas, impulsionado pela emoção, não pode garantir em quem votará. Uma boa propaganda, um ato de sentido humano, um imprevisto, um fato inopinado às vésperas do pleito, um imponderável, vinculando-se aos candidatos, é capaz de desviar-lhe a inclinação, variar-lhe a escolha, qual uma objetiva cuja lente mudasse de posição no momento exato do instantâneo. E os votos esperados desapa-

recem como por encanto, tomam surpreendentemente outra direção, e aos borbotões, tal uma reprêsa que se rompesse da noite para o dia, ou fôrça misteriosa que passasse de repente a influenciar e dominar as consciências.

Curioso observar, sobretudo nas capitais, a unidade do legítimo pronunciamento popular. Quando as urnas começam a manifestar-se neste ou naquele sentido, terminam do mesmo modo, como se ligadas por um sistema de vasos comunicantes.

Grandes provas se impõem ao governante, mormente no primeiro ano de exercício do mandato, sem dúvida o mais difícil, o mais doloroso. Todos quantos depositaram nas urnas um voto em seu favor, ainda os que votaram contra êle ou nem sequer votaram, dêle esperam algo de interêsse público ou de interêsse individual. No seu livro sôbre Roosevelt e Hopkins, Robert Sherwood conta que Roosevelt, recebendo em 1941, no seu gabinete da Casa Branca, a Wendell Wilkie, seu adversário republicano por êle derrotado na última campanha eleitoral, e que estava de viagem para Londres, convidou-o a entender-se sôbre assuntos de interêsse do país com Harry Hopkins, que se encontrava na Inglaterra em missão especial dêle, Roosevelt. Wilkie não se conteve, e perguntou-lhe: — “Por que é você tão intimamente ligado a Hopkins? Naturalmente há de saber que se desconfia dêle e que sua influência no govêrno provoca irritação.” Roosevelt respondeu: — “Eu compreendo que você me pergunte porque tenho necessidade dêsse meio homem [referia-se à extrema fragilidade física de Hopkins]. Mas um dia talvez

você esteja sentado aqui onde eu agora me encontro, como presidente dos Estados Unidos. E, quando você olhar para aquela porta, conhecerá que praticamente todos os que a transpõem vêm tentar tirar alguma coisa de você. Compreenderá, então, como é solitário este cargo, e descobrirá a necessidade de ter a seu lado alguém como Harry Hopkins, que não pede nada, e só deseja servi-lo.”

Realmente, todo o mundo quer alguma coisa do governante, ainda que, candidato, nada tenha ele prometido, mas apenas pelas esperanças que toda campanha política desperta. E o pior é que, uns de boa fé, outros de má fé, o querem desde logo, imediatamente, como se o poder fôsse uma cartola mágica de onde num minuto se tirasse o milagre das realizações ou dos favores. Surgem, então, no meio dos correligionários, as desilusões, as decepções, as mágoas, as queixas, que, somadas aos ressentimentos, às frustrações e à hostilidade e agressividade dos adversários picados pela derrota, fazem crescer, muitas vezes, ameaçadora, a insatisfação, enquanto aumentam as exigências na razão direta da impossibilidade de serem atendidas. E, para mais atordoar o novo governante, tal estado de coisas se cria quando ele não firmou ainda o seu prestígio, não tem nas mãos, bem ajustadas, todas as cordas do comando; quando ainda subsistem nos espíritos a presença e a autoridade do seu antecessor, tenha este feito o bem ou o mal; quando a transição entre um e outro governo ainda propriamente não se operou, e as emoções da transferência do poder continuam perturbando a visão tanto dos que o deixaram como dos que o assumiram.

Mas, se no primeiro ano se impõe a preparação do terreno, a arrumação da casa, a organização da equipe de colaboradores, a composição e concatenação dos diversos elementos com que orquestrar a administração, nos outros anos cumpre manter a harmonia do conjunto, reduzir os malefícios da heterogeneidade dos temperamentos e das vocações emergidas ao Govêrno com a luta eleitoral, coordenar vontades e energias, acalmar ambições desmedidas, ritmar o trabalho, assegurar o resultado, alcançar o objetivo, enfim construir, num permanente esforço de atenções e cuidados para evitar desacertos e prevenir desafinamentos.

E cada ano que se passa, cada dia, cada hora, tem à sua frente o govêrno uma nova batalha, um desafio à sua capacidade de luta, como ao seu espírito de tolerância, à sua resignação e à sua compreensão. O Poder Público é, afinal, uma sucessão de corridas de obstáculos, de armadilhas, que o governante enfrenta entre insucessos e triunfos, uns e outros a êle igualmente necessários. Poder-se-ia dizer que em política a vitória também é feita de derrotas. Além dos ensinamentos que traz, da fonte de experiência que é; além da circunstância de aproximar da realidade, enquanto o êxito conduz a miragens; além de humanizar o homem público, o infortúnio influi no destino dêle pela redução das hostilidades que os triunfos provocam, especialmente na vida política, e pela simpatia que, sensibilizando a alma popular, a condição de vítima assegura.

Para sair-se bem de provas tão duras e tão intensas não há senão — a par do trabalho construtivo, dos feitos em benefício do povo, que lhe

consolidam a autoridade — não há senão a paciência e a tolerância. Ai do governante que, ante a sofreguidão e revolta das esperanças não atendidas, as impertinências de adversários ou correligionários, se desorientar, perder êle mesmo a calma, e enveredar pela violência, pelas afirmações de poder através da força material e do capricho pessoal! Se, desviando atenções dos negócios do Estado para repelir ataques, em vez de atacar problemas, o governante priva o povo do bem que lhe pode fazer, já lhe estará, por isso, em última análise, fazendo o mal, que se aviva com a discórdia e a exacerbação das agitações. Nada mais frágil, mais contraproducente e prejudicial ao bom êxito do govêrno, do que a violência, que se sabe como principia, mas não se sabe como acaba. A base do poder público é por certo o consentimento, a aceitação popular; a imposição da força só o faz, evidentemente, distanciar-se do povo. Não será possível ao governante, para cumprir sua missão, mobilizar as próprias energias, acordar aquelas que dormem no seu ser, sem o encontro da consciência da sua vocação com a consciência coletiva, sem o entendimento da sua inspiração íntima com os apelos da realidade, sem o diálogo da sua voz interior com as circunstâncias e os acontecimentos. Tem êle necessidade tanto da sua confiança e fé em si mesmo, da convicção subjetiva, como da confiança exterior, que não lhe será dada se os seus atos não refletem as aspirações gerais, não sincronizam com a alma coletiva, não se identificam com o interêsse público.

Se o governante quer com a violência inspirar mêdo, termina êle mesmo sendo vítima do mêdo. E

o medo que procura infundir, como base do seu poder, não será maior do que o que o dominará, nascido ou nutrido dos seus excessos de mando, feito de inibições e dúvidas, de inquietações e preocupações, a criar duendes e perigos em todo canto. Na luta política, pode-se, como oposição, enfrentar com êxito a polícia, e do choque sair herói ou mártir, mas não se pode, como govêrno, enfrentar com a polícia a opinião pública, que é invisível, impalpável, imponderável, está no ar, penetra tudo, entra no gabinete mais indevassável — como a voz da consciência, que não se vê nem se ouve, mas se sente — a enfraquecer os dirigentes que a contrariem. Há de o governante, afinal, resguardar-se sempre do medo: do medo que inspire e do medo que o domine. Temido, não contará com o apoio da opinião pública, que, amedrontada, murmurante e insone, à primeira oportunidade se exterioriza e levanta, invencível, contra êle. Assim, quando mais forte se imagina, cai no vácuo, perdidos os próprios adeptos, muitos dos quais, apoiando-o sinceramente ou servindo-se apenas do poder, não se sentem obrigados a acompanhá-lo no êrro, e ainda menos se êsse êrro lhe tira o poder. Temendo, cumpre ao governante vencer o medo desde que êste deixe de ser para êle um elemento de equilíbrio, fator apenas de contenção dos seus excessos, para se tornar senhor das suas ações.

Convenha-se, aliás, em que as dificuldades, os empecilhos, os embaraços são antes estímulo para o governante. As resistências que se lhe antepõem reforçam-lhe a capacidade de realização. Nos tropeços, nos tumultos mesmos das lutas, dos combates, animam-se-lhe as energias. A pressão das hostili-

dades, o impacto dos perigos, o vigor dos sofrimentos serão forças de propulsão que inspiram, nutrem, incentivam e mobilizam a vontade criadora dos governos.

Realizaria mais o poder público sem o acicate da crítica? Evidentemente a crítica influi de maneira decisiva no êxito dos governos. Se o escritor e o artista precisam de liberdade para trazer à luz as suas criações, o homem público, para o cumprimento das suas tarefas, necessita não somente da sua própria liberdade, mas também da cooperação da liberdade dos outros, pois exatamente no debate das idéias e das ações se apura e define o bem geral. Quando o Governo não realiza dentro da liberdade, é porque lhe falta poder criador, tanto como se, para manter-se, recorre à exibição de força material, é porque lhe falta autoridade moral.

Não se imagine que as dificuldades de governar desapareçam com a extinção da liberdade de crítica e a exclusão do povo na escolha dos governantes. Um govêrno sem mandato popular, cuja permanência dependa exclusivamente da boa vontade do menor número e da tolerância das armas, nunca terá mais autoridade e mais eficiência para empreender do que um govêrno de período fixado, baseado no voto popular. Ditatorial, êle é apenas o poder, inseguro, assustado pelos temores do ansioso, dominado pelas dúvidas do solitário, prêsca das amarguras da angústia, desligado da cooperação coletiva e escravo do privatismo, fincado na areia movediça de um ténue acôrdo de vontades, esteado em circunstâncias fortuitas e sujeito ao vaivém das intrigas, dos interêsses nem sempre confessáveis. Baseado no voto popular,

é a tranquillidade do govêrno livremente constituído, de prazo certo, olhando o seu dia de amanhã não como uma incógnita, uma interrogaçãc, dependente desta ou daquela vontade inividual, mas como um direito do povo, visto que o seu mandato é um patrimônio do povo.

Nem se diga que governos antidemocráticos construíram, porque então se admitirá que poderiam ter construído muito mais se para acioná-los houvessem recebido a cooperação da crítica, da controvérsia, se houvessem permitido o diálogo em vez de se reduzirem ao monólogo. Manter a nação sob o toque de silêncio, sem a seiva da colaboração coletiva, não é garantir o prestígio do govêrno nem assegurar-lhe a eficácia de ação, mas criar e incentivar correntes subterrâneas de revolta e promover a resistência passiva. Certo, a liberdade não nutre só por si o ser humano: é com o progresso que se assegura o bem-estar. Mas o progresso sem a liberdade é a insatisfação, a amargura, a inquietação espiritual.

Para mim, o Govêrno foi, antes de tudo, uma surpresa. Ausente de minha terra desde mais de vinte anos, imaginei em 1950 ser um dos representantes alagoanos na Câmara dos Deputados. Membro de partido minoritário no Estado, decidi entrar em contato direto com o povo para lhe manifestar o meu empenho em ser-lhe útil. E quando, depois de prestar-lhe os serviços que pude, esperava ser incluído numa chapa de deputados, não tive só esta honra: vi também o meu nome indicado por diversas forças políticas como candidato a governador.

Ascendendo ao poder, esforcei-me para realizar uma obra política e administrativa que respondesse às esperanças do povo. Torturou-me a verificação da divergência entre a minha vontade de empreender e os pequenos meios com que fazê-lo. Lutei contra a opressão da violência e da miséria, da fome e da estagnação. Enfrentei a descrença, o atraso, a rotina, fôrças que se afirmavam pela resistência silenciosa ou pela hostilidade manifesta. Não me detive diante delas, que, então, se exacerbaram. Doíam-me tanto, porém, os sofrimentos do povo alagoano, que eu não poderia temer o furor das agressões mais inconcebíveis.

Contra mim, aliás, já tinham investido os meus adversários, mal expressara eu o desejo de participar da vida política alagoana. Candidato, intensificaram-se e multiplicaram-se as acusações. Eleito, renovaram-se elas. Mal assumia eu o govêrno, via-as reeditadas, como reeditadas foram no decorrer e ao fim do meu mandato, conquanto já houvessem por mim sido pulverizadas desde o primeiro momento. Amparado na tranqüilidade de consciência de quem tem convicção de haver agido bem, poderia responder-lhes apenas com a frase de Lincoln: "Eu não sou nada, mas a verdade é tudo." Menos por mim do que para desacreditar aos olhos do povo os difamadores, recorri sempre, entretanto, à justiça, cujas decisões têm mostrado invariavelmente a semrazão dos meus agressores.

A linha de objetividade e impessoalidade, de isenção e serenidade, que me impus como um dever de consciência, não se rompeu ao choque das lutas,

e circunstâncias e acontecimentos não a comprometeram, nem me desviaram do caminho escolhido.

Baseado no empenho permanente de satisfazer as necessidades coletivas dentro de um clima de entendimento e boa vontade, visando sempre a uma fecunda convergência de energias construtivas, ganhou o meu Governo maior autoridade, ao mesmo tempo que reduziu os desacertos pessoais e arrefeceu as paixões.

A realidade alagoana de hoje comprova que eu não estava errado quando, no governo, antes queria ser compreendido pelo futuro do que pelo presente. O tempo decorrido deu perspectiva ao povo para discernir, e os efeitos dos meus esforços vão dia a dia aparecendo melhor.

Os discursos que aqui se reúnem, pronunciados em fases decisivas da minha experiência de governo, retratam os anos da campanha eleitoral e do exercício do meu mandato, assim do ponto de vista dos problemas que ataquei e das realizações públicas que promovi, como das idéias que me animaram e das emoções que experimentei. Ajustam-se êles rigorosamente à ação que desenvolvi, mostram os pensamentos e sentimentos que me convocaram à vida política em permanente sincronização com as diretrizes e a conduta do meu governo.

Cérca de dois anos após concluída a minha administração, não temo olhar para trás, não tenho motivo para arrependimento algum, relembro sem constrangimento o que disse e o que fiz, e penso valeram a pena os sofrimentos que me foram impostos.

Ao ser eleito governador, em 1950, quando me felicitavam pelo resultado eleitoral, eu declarava que somente o aceitaria como vitória se bem cumprisse a minha missão. No dia 31 de janeiro de 1956, vi o povo, entre lágrimas de emoção e aplausos entusiásticos, cercar-me desde as sete horas da manhã, encher as ruas, e, ao cair da noite, descer comigo as escadarias do Palácio do Govêrno, improvisando ali mesmo um comício, para, depois de ouvir-me, carregar-me nos braços, em manifestação mais significativa do que a que me prestara em 1951, ao ascender eu ao Govêrno: mais significativa porque, naquele ano, me exprimia o povo as suas esperanças; e, agora, julgava-me, dando, ademais, autenticidade ao sentido popular da minha ação.

Tive, assim, a certeza de que a missão a mim confiada fôra realmente cumprida.

Arum de Huello

**UMA EXPERIÊNCIA
DE
GOVERNO**



DISCURSO
DE ACEITAÇÃO
DA CANDIDATURA

Pronunciado a 30 de agosto de 1950,
na Fênix Alagoana, em Maceió.

Minhas senhoras, meus senhores:

Sou muito agradecido ao Deputado Rui Palmeira, vocação política que tem suas raízes nos tempos do Império, quando na vida pública alagoana já brilhavam seus ascendentes. Reconheço nas suas palavras generosas a influência da velha amizade que nos une desde os velhos tempos de colégio, desde os doze anos de idade.

É êste um grande momento da nossa história política, momento em que aqui nos reunimos para dizer ao povo que as forças oposicionistas de Alagoas se encontram coligadas com o objetivo de eleger o futuro governador do Estado. Tal resultado é uma demonstração do senso de responsabilidade dos dirigentes dessas agremiações partidárias, cujas preocupações se voltam, antes de tudo, para os interesses coletivos.

Grande empenho tivemos em encontrar uma solução unitária, que conciliasse todos os partidos alagoanos, mesmo aquêles mais afastados de cada um de nós. Nos entendimentos de que participamos no Rio, afirmamos a

nossa disposição de aceitar um candidato extrapartidário. Surgido como capaz de reunir-nos o nome do General José Vieira Peixoto, eminente alagoano ligado por laços de amizade aos nossos adversários e que às suas qualidades intelectuais e morais junta a condição de descendente do Marechal Floriano, apressamo-nos em procurá-lo para lhe declarar que o apoiaríamos sem nenhuma condição, sem dêle nada exigir, submetendo-nos, muito pelo contrário, a tôdas as exigências que nos fizessem os nossos adversários e que não afetassem a nossa dignidade, prontos, realmente, a tôdas as renúncias. Não tendo sido possível, ainda assim, a conciliação geral, e desejando dar uma demonstração da nossa sinceridade, dirigimos ao General José Vieira Peixoto caloroso apêlo, por êle considerado emocionante, para que aceitasse ser candidato dos partidos opositoristas, candidato que, embora de luta, por fôrça de circunstâncias alheias à nossa vontade, teria, se eleito, plenos poderes nossos para promover a pacificação de Alagoas, pela qual nos dispúnhamos a pagar qualquer preço.

Sòmente depois de frustradas tôdas essas diligências, para cujo bom sucesso empenhamos todos os nossos esforços, é que admitimos

a indicação de um elemento partidário como candidato ao Govêrno do Estado.

Honra excepcional para mim foi poder exprimir nesta hora conturbada os anseios do povo alagoano. Ao receber o convite para assumir tão grande responsabilidade, sinceramente ponderei que dentro do meu partido, como fora dêle, existem expoentes da nossa vida pública com maiores títulos e maiores serviços que os recomendam ao aprêço e à confiança dos nossos líderes políticos. E só aquiesci em aceitar a distinção quando me foi dito que a escolha se baseava na receptividade que eleitoralmente meu nome encontrara. Curvei-me, assim, à vontade do povo, que os Partidos Coligados cuidadosamente auscultaram, dando com isso viva demonstração de espírito democrático.

Reafirmaram êles, ademais, com tão nobre atitude, que a pacificação de Alagoas é, de fato, o seu objetivo fundamental. Meu temperamento de homem a quem as paixões pessoais nunca fazem esquecer os interêsses públicos, e que, embora não se esquivae ao combate, procura sempre manter a serenidade, deu-lhes a certeza de que, fiel aos princípios que nos congregaram e determinado a tudo fazer pela vitória da causa por que nos vimos

batendo, serei, se eleito, o governador de todos os alagoanos. Não nos animam ódios nem vinganças. Nada há que recear da nossa vitória, que não será de ninguém nem contra ninguém: será a vitória do povo de Alagoas. Não visamos a perseguir nem a castigar, mas a construir e a estimular tôdas as energias em benefício do engrandecimento da terra comum. O nosso principal problema é, no momento, o da tranqüilidade. Falta-nos, em verdade, um ambiente pacífico para podermos melhor trabalhar e produzir. O homem do interior, como o da cidade, anseia por êle. É justo e indispensável que o atendamos, e tanto mais quanto as dificuldades que enfrentamos, e a situação de quase penúria em que nos debatemos, assim o impõem.

Nas minhas freqüentes viagens aos nossos municípios, e pelas cartas que tenho recebido de todos os pontos do Estado, observo como sofre o nosso povo, cujas necessidades dia a dia aumentam com o encarecimento da vida. Homem do povo que me prezo de ser, sinto como na própria carne os sofrimentos do povo alagoano, que, mal vestido, subnutrido, faminto, desiludido, desenganado, abandonado, até já adquiriu, a bem dizer, o direito de não ter fé. Daí, em parte, êsse desinterêsse pela vida

pública, êsse desprezo pelo exercício do voto, que aqui se observa e que se afirma no reduzido eleitorado e ainda na abstenção eleitoral. Comparece o povo às eleições, expõe-se a todos os riscos, e depois tudo continua como dantes, senão pior.

Foi esta triste realidade que me fêz participar tão direta e intensamente da vida política de Alagoas, à qual hoje dedico tôdas as minhas energias e todo o meu tempo. Realidade bem à nossa vista e expressa através de problemas bem graves, que nunca é demais lembrar. Em matéria de educação, estamos em penúltimo lugar nas estatísticas, com 77,9% de analfabetos, achando-se depois de nós apenas o Piauí, com 78,4%. No que toca à saúde, já não falo da mortalidade infantil — de fato alarmante —, da sífilis, da poliverminose, da tuberculose, das febres, da boubá, do tracoma, avassalador, êste, na zona sertaneja. Aludo apenas à esquistossomose, doença terrível que já ataca, em determinadas regiões, até 70% da nossa população, e contra a qual é quase impossível lutar, pois é apanhada nos rios, e a pobreza não pode dispensá-los, para o banho, para a lavagem da roupa, para tudo mais. Temos também o problema das enchentes, consequência inevitável das erosões

provocadas pelo desflorestamento. É doloroso constatar que, enquanto, em fins do século passado, D. Pedro II foi ao Pilar de vapor, hoje às vêzes só difficilmente se chega lá de lancha, porque a terrà das erosões encheu não apenas os rios Mundaú e Paraíba, mas também as lagoas. Quanto às estradas, durante o inverno desaparecem, tornam-se intransitáveis. No que respeita à produção, os nossos pequenos agricultores continuam sem amparo, e, ou se submetem à agiotagem, escravizando-se, ou cruzam os braços, com graves prejuízos para a economia do Estado. Não posso compreender, aliás, como, num país que sofre dos males do latifúndio e da monocultura, que são o atraso, se abandone à própria sorte a pequena propriedade, que é o progresso, e não se fomente com maiores recursos a produção. Um dos resultados dessa política é o êxodo dos homens do interior para as cidades ou para o Sul do país, os quais, não encontrando no campo condições razoáveis de vida, não se fixam à terra, emigram e nos deixam em crise de braços para o trabalho agrícola. E frisemos, finalmente, que Sergipe, com seiscentos mil habitantes, possuía até há pouco cento e seis mil eleitores, e Alagoas, com um milhão e cento e vinte mil habitantes, conseqüente-

mente quase o duplo da população do Estado vizinho, contava apenas noventa e quatro mil eleitores, ou seja, doze mil eleitores menos que Sergipe! E, aumentado o eleitorado pelo último alistamento, persiste a diferença.

Meus conterrâneos:

Perdoai-me que vos pinte com tais côres, nesta hora de alegria cívica, a situação de Alagoas; mas não é outra a realidade. E ela comprova a nossa imensa responsabilidade no sentido de melhorá-la, de promover o progresso da nossa terra. Não vamos perder tempo em fixar a quem se deve tal estado de coisas. Não nos atenhamos ao passado, na apuração de culpas. Olhem para trás apenas com o fim de auferir dos dias idos a fôrça que nos dá a consciência do dever dignamente e quase sempre herôicamente cumprido, apenas com o fim de tirar dêles a sabedoria que dimana da experiência e nos ilumina para a ação política. Dirijamos as nossas vistas para o futuro, concentremos tôdas as nossas energias em realizar um trabalho construtivo de soerguimento e recuperação da terra e do homem. Cuidemos de instalar hospitais, maternidades e postos de saúde em cidades e distritos.

Empenhemo-nos em dar mais escolas às crianças, fornecendo-lhes gratuitamente material escolar e merenda. Tratemos de melhorar o nível de vida da gente pobre. Trabalhemos intensamente junto aos podêres públicos da União para que Alagoas dêles receba os maiores benefícios. Promovamos e incentivemos a assistência social, amparando as instituições de benemerência, que tão importante papel desempenham na vida do Estado. Esforçemo-nos para abrir estradas e pavimentá-las, fazendo obra definitiva, de modo que possam ser utilizadas no período das chuvas. Desobstruamos os nossos rios e lagoas. Construamos mais açudes pelo sertão. Não esqueçamos os trabalhadores das cidades e dos campos, cujos salários precisam ser reajustados, mesmo para maior segurança da harmonia social. Façamos uma política de fomento econômico, procurando desenvolver a produção por meio do crédito barato aos grandes como aos pequenos agricultores e comerciantes, criando um órgão apropriado para êsse fim, como um banco da produção. Enfrentemos, sèriamente, decididamente, os problemas do povo, com a preocupação de resolvê-los, e demonstrando que precisamos do voto do povo para dar ao povo o que o povo precisa.

É esta uma campanha para uma vida, para uma geração, para várias gerações, e a ela dedicarei tôda a minha existência. Eis porque não espero dos meus conterrâneos e correligionários apenas os seus votos. O que sobretudo lhes rogo é o seu estímulo e a sua cooperação, indispensáveis para que, eleito governador do Estado — glória suprema que tanto me emociona e empolga — possa bem desempenhar o meu mandato. O compromisso dos alagoanos para comigo não cessará, portanto, a 3 de outubro, ao serem depositados nas urnas os seus sufrágios. Nessa data e com êsse ato, apenas se iniciam as nossas relações políticas para um trabalho coletivo em favor de Alagoas, que necessita como nunca da ajuda de todos os seus filhos de boa vontade.

Meus correligionários e conterrâneos:

Não vos apresento aqui o meu programa de govêrno, que será submetido ao vosso exame em outra oportunidade. Devo, todavia, esperar que a minha conduta política, como o meu passado de trabalho em benefício de Alagoas — trabalho a que me dediquei sem preocupações de ordem eleitoral, nunca indagando

da filiação partidária de ninguém que recorresse aos meus préstimos e de ninguém exigindo qualquer compromisso — me categorize para ser acreditado pelo povo. Sem nenhum mandato de representação, procurei sempre ser-lhe útil, e a simpatia com que êle hoje me distingue comprova que fui e sou compreendido nos meus esforços, e que sempre contarei com a sua solidariedade, pois meu governo será do povo e para o povo. O destino afastou-me de Alagoas, menino pobre de dezoito anos, tangido pela necessidade de trabalhar e estudar em um meio maior. Mas a distância e o tempo não me fizeram esquecer minha terra, e nunca foi maior do que agora a minha ambição de servi-la.

Profundamente sensibilizado pelo vosso gesto generoso, meus correligionários, que sem qualquer discrepância vos unistes, como outros partidos de Alagoas, em tórno do meu nome, devo francamente dizer-vos que não temo as responsabilidades decorrentes da honra que me conferistes, porque nelas mesmas encontro incomparável estímulo para corresponder à vossa confiança. E somente peço a Deus que não me falem forças para realizar a dura tarefa que me cabe nesta cruzada de que sou um simples soldado, disposto a todos os sacrifícios.

INÍCIO DE GOVÊRNO

Discurso pronunciado na Praça Pedro II, em Maceió, a 31 de janeiro de 1951, ao tomar posse do Govêrno.

Povo alagoano,

Meus conterrâneos e amigos:

Eu quase não posso falar, dominado por intensa emoção. Depois da empolgante manifestação que recebi, o silêncio diria melhor que as palavras. Mas é preciso falar, é preciso falar para, antes de tudo, dizer que o governador será fiel às promessas do candidato, feitas nos momentos difíceis, e não para conquistar votos, mas para serem realmente cumpridas.

Ao assumir o Govêrno de Alagoas, cabe-me exprimir-vos, de início, povo alagoano, as minhas calorosas felicitações e o meu profundo reconhecimento.

Felicitações de brasileiro e de democrata diante do resultado das eleições de 3 de outubro, que marcou um dos pontos mais altos não somente da história política de Alagoas, mas da história política do Brasil. Convencendo aos mais descrentes, demonstrastes que o regime democrático é de fato exequível em nosso país, graças ao voto secreto e à Justiça Eleitoral. Em nenhum outro Estado se exerceu a violência como aqui, nestes últimos anos,

sem que isso vos impedisse de expressar nas urnas a vossa vontade. Renovaram-se, assim, as esperanças do povo, convencido hoje de que é dêle mesmo que emana o poder político e de que nenhum homem público pode mais sobreviver se não lhe considera devidamente os interesses. E vós, povo alagoano, antes olhado quase com piedade pela Nação, em virtude dos sofrimentos que vos infligiam, hoje orgulhais os brasileiros.

Não seria possível deixar de referir aqui os juizes alagoanos, modelares na sua conduta durante todo o processo eleitoral, e cuja integridade, patriotismo e bravura cívica se tornaram elementos decisivos para que não se conspirasse a verdade do voto.

Foram êles ainda que, ante a insegurança em que nos encontrávamos, apelaram para a garantia das Fôrças Armadas nacionais, em nossa terra tão brilhantemente representadas por êste bravo e digno 20.º Batalhão de Caçadores, que estêve à altura das tradições de honra e de amor à liberdade tão caras ao nosso Exército, sempre a serviço do povo.

Nem poderíamos esquecer a solidariedade com que acompanhou a nossa luta a imprensa do Brasil, representada por quase todos os diários do Rio e dos Estados, e por jornalistas

como Osório Borba, Carlos Lacerda, Raimundo Magalhães Júnior, Joel Silveira, Rafael Correia de Oliveira, Vítor do Espírito Santo e tantos outros, que emocionaram o país com os seus artigos em favor de Alagoas.

E, com as felicitações que vos dirijo, povo alagoano, trago-vos também o meu reconhecimento, profundo reconhecimento de filho desta terra, terra que, mercê da vossa coragem e do vosso civismo, se projeta hoje de tal modo no quadro nacional e presta ao Brasil tão grande serviço. Reconhecimento, profundo reconhecimento, de ordem pessoal, por me ver, em pleito disputadíssimo, honrado com dois mandatos — o de governador e o de deputado federal — que me foram conferidos por mais de sessenta e cinco mil sufrágios num total de noventa e três mil votantes. Essa distinção, nunca tributada em nosso meio a qualquer outro homem público, acresce e aprofunda extraordinariamente a minha responsabilidade.

Tudo farei para corresponder à confiança popular, que é depositada menos em mim do que nas forças políticas que me fizeram candidato e cujos líderes tão brilhantemente se afirmaram na longa e dura luta em favor da liberdade do povo. Desde os que atuavam

no plano nacional e estadual até os que militavam nos municípios, nas pequenas cidades, nas vilas, nos distritos, nos povoados, nos lugarejos mais longínquos, todos, animados do maior ímpeto, enfrentaram, temerários e heróicos, os desatinos do govêrno passado, e possibilitaram a surpreendente e prodigiosa eclosão de 3 de outubro.

Bem sei que muitos outros companheiros possuíam melhores títulos do que eu para o exercício do mandato de que me acho investido, e que a minha candidatura decorreu menos dos meus merecimentos pessoais que das circunstâncias e dos acontecimentos. Vale-me, contudo, a certeza de que, com a minha eleição, Alagoas não perde o concurso dêles, pois a êles recorrerei, convencido de que não me faltarão em momento algum.

Faço caloroso apêlo a todos os alagoanos que amam a sua terra para que juntem aos meus os seus esforços com o objetivo de resolver os problemas do povo. Quem quer que deseje sinceramente servir a Alagoas encontrará em mim a determinação de aproveitar-lhe a boa vontade. Não procurarei afastar ou excluir ninguém, antes pelo contrário, e tanto mais quanto nunca o nosso Estado precisou como agora da ajuda de todos os seus

filhos. Feliz me sentirei se chegar ao fim do meu mandato com tôdas as fôrças que apoiaram a minha candidatura unidas em tôrno do Govêrno e acrescidas de outras. Para mim, governar não é isolar-se ou impor sua vontade, mas congregar, agremiar, coordenar, canalizar energias no benefício geral.

Simples unidade de um empolgante movimento que seduziu e penetrou tôdas as camadas da população de Alagoas, interessando vivamente ao próprio país, não é apenas sôbre mim que recaem as responsabilidades pelo bom sucesso do govêrno que se inicia. Cada homem público da nossa terra, do senador ao vereador, de todo e qualquer partido, diria mesmo cada alagoano, rico ou pobre, grande ou pequeno, prêto ou branco, velho ou môço, homem ou mulher, usineiro, industrial, comerciante, médico, advogado, engenheiro, funcionário público, comerciário, industriário, ferroviário, operário, agricultor, trabalhador da cidade ou do campo, pescador, estivador, seja o que fôr e empregue onde quer que seja a sua atividade, é convocado para assumir comigo tão grande responsabilidade nesta fase de soerguimento e recuperação do homem e da terra de Alagoas. Necessito realmente de todos. Conheço a generosa expectativa que

se formou em tórno da minha ação, mas devo sinceramente declarar que nada posso fazer sem essa ajuda coletiva. A situação em que recebo o Estado é das mais difíceis, e de todos conhecida. Não me considerem capaz de realizar milagres. Não há governos onipotentes. O que prometo é empregar tôdas as minhas energias e todo o meu tempo ao serviço de Alagoas. Nada exijam do Govêrno, que pelo menos agora nada tem para dar a ninguém, senão muito que pedir a todos. Pedir, sobretudo, compreensão.

Depois de uma fase tão conturbada de nossa vida, abrem-se-nos perspectivas novas. É justo esperar do bom senso e do patriotismo dos alagoanos, de qualquer categoria social ou côr política, que cumpram o seu dever e considerem que da sua ação dependem o bem-estar e o progresso da terra comum.

A pacificação é o problema fundamental de Alagoas — afirmei eu repetidamente durante a campanha eleitoral, declarando ao mesmo tempo que, eleito, seria o governador de todos os alagoanos, realmente de todos os alagoanos, que não perseguiria, nem castigaria, porque só desejava empregar o meu tempo em promover o engrandecimento da terra comum. Minha vitória não seria a vitória de

ninguém nem contra ninguém, porque seria a vitória do povo.

Apesar do ardor da luta, em que tanto se extremaram contra mim os nossos adversários, chego ao poder — e o digo com a mais profunda alegria — sem ressentimentos nem ódios, empolgado inteiramente pela vontade de ser útil ao nosso Estado e cumprir as promessas feitas na hora incerta.

Estou convencido de que o povo alagoano votou a 3 de outubro pela paz e pela segurança. Ao medo e ao desassossêgo em que se debatia preferiu êle a esperança e a tranqüillidade que lhe anunciamos. Concretizou-se então a nossa vitória, e concretizou-se porque exprimimos os anseios do povo, e o povo confiou em nós. Cabe-nos, assim, não decepcioná-lo, a êsse grande povo alagoano, e garantir-lhe, antes de tudo, um ambiente de paz e de ordem para trabalhar e produzir. Mesmo porque não é possível, depois da vitória, prescindir do apoio do povo. Não acredito em govêrno que nêle não se baseie, e o apoio do povo só se mantém pela nossa fidelidade às suas inspirações. Meu empenho, como governador, será sempre no sentido de bem interpretar-lhe a vontade, o que, aliás, constitui a minha grande ambição, o objetivo da minha vida pública.

Não vos quero falar agora de programa de governo. Já vos disse, no decorrer da campanha eleitoral, das idéias que me animarão à frente dos destinos de Alagoas. Quanto antes tomarei as necessárias providências para que se faça um levantamento da atual situação do Estado, e à base dos dados que me forem fornecidos organizarei um plano de ação administrativa.

Povo alagoano:

Depois de travar peleja tão árdua, confesso-vos, nesta hora de ascensão ao poder, a minha humildade e a minha timidez, não apenas diante das vossas esperanças, mas também dos vossos aplausos pelos serviços que eu tenha prestado a Alagoas. Considero que, se não há, no plano político, julgamentos definitivos, não há, conseqüentemente, fama que se não reduza e míngüe, caso não seja acrescida de ação continuada. Deus queira que não me falem fôrças para perseverar na linha que me tracei e graças à qual me abristes êsse crédito excepcional de confiança a que se referiram, com tanta generosidade e tocando-me tão profundamente o coração, os vossos ilustres intérpretes. Mas vós, povo alagoano,

que me investistes na grave responsabilidade de vos governar, deveis assumir nesta praça pública — onde preferi falar-vos e receber o Govêrno, como se o próprio povo mo transmitisse — deveis assumir o compromisso de dar-me, com a responsabilidade, a autoridade decorrente do vosso apoio, de que o governador precisa ainda mais do que precisava o candidato.

Como acentuei em outra oportunidade, não se encerraram nas urnas de 3 de outubro as nossas relações. Quase diria que agora é que se iniciaram elas na realidade.

Amparai-me, ajudai-me, povo alagoano, que o meu Govêrno será o vosso Govêrno, como o meu êxito será o vosso êxito, pois nada poderei fazer sem vós.

CONFIANÇA NO POVO

Discurso pronunciado a 30 de agosto
de 1953, no Teatro Deodoro, em Ma-
ceió.

Meus correligionários:

HÁ três anos passados, nesta data memorável, reuníamo-nos na velha Fênix Alagoana, à aproximação das eleições gerais, para iniciar uma campanha pela liberdade e pela tranqüilidade da nossa gente. Um clima de violência e de arbítrio aqui se instaurara por obra e graça do Poder Público, humilhando, desassossegando, amedrontando, aterrorizando os alagoanos. Está vivo na memória de todos nós a que extremos chegou aquela situação, que pode bem definir-se no assassinio de um chefe de família, à luz do dia, no centro de Maceió, por ser pai de um deputado opositor, e no gesto do governador de então tiroteando, êle próprio, uma semana antes das eleições, indefesos estudantes secundários, porque faziam a propaganda dos candidatos opositores à Presidência da República e ao Governo do Estado.

Tínhamos autoridade de sobra para merecer o respeito e a confiança populares, não somente pela nossa longa e penosa resistência aos desmandos oficiais, mas em virtude

dos nossos esforços para, apesar de tudo, encontrar, em face da campanha eleitoral que se avizinhava, uma fórmula de conciliação que poupasse Alagoas a uma luta inglória.

A CAMPANHA

Recusando-se os nossos adversários a entendimentos, lançamo-nos ao prélio com a melhor disposição de espírito e ilimitada confiança no povo, confiança que as urnas em breve justificavam. Recordemos que, se vinham impressionando a Nação os sofrimentos a que por tanto tempo fomos aqui submetidos, nossa vitória emocionou o Brasil inteiro, mercê do exemplo, que demos, de um povo liberto pelas próprias mãos, através do voto, de uma tirania que se afigurava invencível. O retumbante resultado eleitoral exprimia, de fato, a vitória de uma causa, e não o êxito pessoal.

Logo depois de eleito, reafirmei o sentido da nossa luta, e, ao assumir o Governo, de novo fixei os propósitos que me norteavam. Três anos decorreram do lançamento da minha candidatura, e há mais de dois anos e meio que me encontro à frente do Governo do

Estado. Nesta hora de tanta emoção para mim, devo confessar que não tenho motivos para apagar as palavras pronunciadas naquele tempo, nem para mudar a orientação que então me tracei.

Tudo quanto disse ao povo durante a campanha eleitoral consta dos dois discursos que pronunciei a 30 de agosto de 1950 e a 31 de janeiro de 1951, ainda hoje mais uma vez divulgados pela imprensa e pelo rádio. Eles evidenciam que não variei, que continuo onde me encontrava, defendendo os mesmos ideais.

É por isso que me sinto tão fortalecido e estimulado para enfrentar as dificuldades e os embaraços que se me deparam. É por isso, certamente, que aqui vos reunis hoje e, em tão impressionante coesão, me demonstrais o vosso apoio.

Mas não encaro esta solenidade, de tão profunda importância em nossa vida política, apenas como a eloqüente comemoração de um acontecimento. Percebo que o que me trazeis, com a vossa comovente solidariedade, é o julgamento generoso de homens das cidades e dos campos, pelo que tenho feito para servir-vos, pela pertinácia com que tenho trabalhado, pelo cuidado com que estou empregando o vosso dinheiro, pela extensão dos

meus sacrifícios, inclusive reprimindo os meus mais legítimos sentimentos de revolta para não perturbar a paz que me orgulho de vos ter dado.

Não preciso repetir que tive a fortuna de instaurar e manter o clima de liberdade, de tranqüillidade, de segurança, de respeito a todos os direitos, em que estais vivendo, trabalhando e produzindo, como não preciso mostrar-vos a obra que venho realizando em nosso sistema de comunicações, na instrução pública, na saúde e no bem-estar do povo, no desenvolvimento da nossa economia, no fortalecimento da Justiça, no alargamento da nossa produção, no amparo aos pequenos lavradores, no fornecimento de água aos bairros pobres da Capital, na fundação de um serviço de esgôto para esta cidade. Não preciso dizer-vos que me consagro inteiramente ao Governo que me entregastes, sem fechar os ouvidos às vossas solicitações, sem recusar aprêço às inspirações coletivas, todo devotado ao meu labor, escravo sem férias do meu dever.

E continuo a trabalhar sem ódios. Os insultos mais vis não me afastam do pensamento de que sou, como governador, um magistrado, um magistrado que pode errar, mas que não se desmanda, que não cede ao

impulso de paixões inferiores. Ainda que, aliás, a serenidade não me fôsse imposta como obrigação pelo próprio cargo que ocupo, teria eu o direito de conservá-la ante os pronunciamentos de todos os tons que a meu respeito aqui se fizeram ouvir, confirmando manifestações telegráficas e epistolares que me têm chegado dos pontos mais diversos do Estado, dos municípios e povoados mais longínquos, como se viessem da própria terra.

Contra mim se levantaram agora, como em 1950, quando fui candidato ao Govêrno do Estado, vozes apaixonadas, em increpações sem base e sem sentido, a que respondi com números e fatos. Mas esta reunião me diz que o povo alagoano me acompanha atentemente os passos e conhece por si próprio a realidade, sabe do meu empenho em bem servi-lo e do resultado dos meus esforços. Tomastes conhecimento, nos vários pontos em que exerceis a vossa atividade, das acusações que me foram feitas, e chegastes até aqui não para defender-me, mas para julgar-me. E a vossa sentença se exprime por esta comovedora reafirmação de solidariedade.

No instante em que meus adversários — todos êles constituídos por suas próprias deliberações — me acusam de crimes que não pra-

tiquei e de erros que não cometi, essa solidariedade paga-me bem dos trabalhos em que me tenho consumido.

COMPROMISSO DE HONRA DO POVO

Devo dizer-vos ainda que não tomo a vossa presença nesta solenidade apenas como um julgamento: ela constitui também um verdadeiro compromisso de honra.

Juízes que sois da minha conduta administrativa e política, tendes sido, por outro lado, testemunhas vigilantes de que não corri de nenhuma forma para o clima de discórdia e de lutas a que estamos sendo impatrioticamente arrastados.

Ascendi ao Govêrno para ser o governador de todos os alagoanos. Não procurei perseguir ninguém, e olhei com a mesma isenção e a mesma simpatia os meus velhos correligionários e os que passaram a sê-lo na inesquecível campanha de 1950, ou depois dela. Tive a alegria de receber a solidariedade e a colaboração de homens públicos que, vindos de outras origens partidárias e políticas, reconheceram a justeza dos meus propósitos e uniram seus esforços aos meus em favor do

bem coletivo. Por outro lado, a vitória não me fêz esquecer que eu não fôra eleito apenas pelo meu partido, e, assim, fiel à minha dignidade, não excluí do meu contato e do meu reconhecimento nenhum dos que colaboraram na vitória de minha candidatura. Além de haver aberto as suas portas a todos os alagoanos de boa vontade — ainda agora, apesar de tudo e revivendo o espírito que nos animou na campanha passada, a UDN, o meu partido, numa alta demonstração de consciência política, decidiu, sob a minha presidência, considerar válido o entendimento interpartidário que realizou em 1950 com o PSD e o PR, provando, dêste modo, ainda uma vez, que não quisemos jamais excluir ninguém dos quadros do Govêrno.

Lamento que companheiros de outrora hajam rompido conosco sem motivo. Para a deliberação que tomaram estou certo de haverem contribuído menos os reais interêsses de Alagoas do que o temperamento, os erros de visão, as incompreensões de cada um. Mas o tempo lhes dirá quem tinha razão: se nós, que nos mantemos onde antes nos encontrávamos para evitar retorne Alagoas ao passado, ou se êles, que nos negam apoio e procuram enfraquecer-nos, quando, exatamente quando os

nossos verdadeiros adversários mais se animam à luta para a restauração, cheios de ódios, ansiosos de vingança.

GOVERNADOR INTERPARTIDÁRIO

Da minha orientação conciliatória posso dizer, sem receio de contestação honesta, que nunca me afastei, e nada melhor o demonstrando que o participarem do meu Governo, prestigiando-me com a sua estima e merecendo minha inteira confiança, figuras das mais importantes de correntes políticas que não são a minha. Não é inoportuno acentuar, a êsse respeito, que, para cumprir o meu dever interpartidário, cheguei a parecer deslembrado da minha condição de homem de partido.

Não tenho, pois, faltado aos meus compromissos políticos. Sem haver consentido, por mim e por vós, em perturbar a paz que instauramos, e que é, sem dúvida, o maior serviço por nós prestado à nossa terra, e continuando a trabalhar na obra que me impus, sem olhar a obstáculos, sem medir sacrifícios e sem deter-me em face das dificuldades que defronto — estou de consciência tranqüila.

COERÊNCIA DE ATUAÇÃO

A nossa autoridade é hoje a mesma de há três anos. Ela decorre da coerência da nossa atuação, consentânea com os anseios coletivos, como da nossa preocupação em manter os nossos compromissos para com o povo.

Convenhamos em que principiou cedo, mas não por nossa iniciativa, a luta eleitoral, pois estamos ainda a um ano de distância do próximo pleito. Destaque-se, todavia, que tal fato é prova evidente da liberdade e tranqüilidade que atualmente desfrutam todos os alagoanos. A campanha de 1950 durou apenas um mês, e não se poderia conscientemente admitir fazê-la mais prolongada, ante as ameaças e os riscos, a falta de garantias que então se apresentavam aos adversários do Govêrno.

Seria realmente de tôda a conveniência que adiássemos agora o início da luta eleitoral, não pelos motivos que a retardaram há três anos, mas para que, mantido um ambiente mais calmo, pudéssemos todos melhor trabalhar pela terra comum. Desde que, porém, nossos adversários assim o quiseram, não temos motivos para temer o povo ou recelar confrontos, de qualquer ponto de vista.

Estamos, ao contrário, confiantes. Apesar de em meio do meu mandato, a obra administrativa executada já diz bem do empenho do Govêrno em realizar. Que todos quantos pretendem pleitear votos digam ao povo o que fizeram por êle, pois o que ao povo interessa, acima de tudo, são serviços à coletividade.

LUTA PARA NÃO REGREDIR

Disponho-me a tudo fazer para que não se destrua o regime de paz, de honestidade, de trabalho produtivo e de respeito a todos os direitos, que inauguramos a 31 de janeiro de 1951. Empenhar-me-ei em que êsse regime não se anule dentro de meu período governamental; porfiarei por que êle se projete para o futuro.

Para isso, porém, preciso contar com o vosso apoio. Não quero dar como cumprido o meu dever para com a minha terra e seu grande povo apenas dedicando-lhes todo o meu tempo e tôdas as minhas energias: pretendo fazê-lo lutando convosco para que não regridamos, para que não voltemos à era negra das provações que tanto nos afligiram.

Eleito para um período que terminará em 31 de janeiro de 1956, estou decidido a chegar

ao fim do meu mandato, para bem cumprir o meu dever. Nem seria justo, mormente nas atuais circunstâncias, deixasse eu o Governo para solicitar dos alagoanos uma reafirmação, nas urnas, da sua solidariedade. Esta será dada ao Governo através da vitória dos candidatos que o apóiam, e aos quais deve Alagoas, tanto quanto ao governador, os serviços que lhe estamos prestando.

Em 1950, convocamos os alagoanos para lutar pela instauração da paz.

Em 1953, convocamos os alagoanos para lutar, com a mesma firmeza e redobrada responsabilidade, pela manutenção da paz, que não é obra de um homem nem de um govêrno, mas do povo que a quis e a impôs pelo voto.

Hoje, como ontem, exprimimos os sentimentos populares. Ontem, na oposição, e hoje, no Govêrno, somos os mesmos, falamos a mesma linguagem, obedientes aos mesmos princípios, visando aos mesmos objetivos. Hoje, como ontem, estou certo, merecemos o apoio do povo alagoano. E êste, coerente consigo mesmo, reafirmará em 1954 a grande conquista de 1950, assim evidenciando a sua sabedoria e o seu instinto de conservação.

E o meu reconhecimento às palavras dos grandes companheiros que acabam de refe-

rir-se ao meu Govêrno se aprofunda na convicção de que todos, unidos, coesos, determinados, cheios de flama, sentem o dever que nos assiste nesta hora de tão profunda significação para os destinos de Alagoas: o dever de consolidar uma obra política que justifica todos os sacrifícios.

Meus senhores:

Como em 1950, podemos confiar no julgamento do povo, que o povo nos saberá julgar.

**MANIFESTAÇÃO
DA
CONSCIÊNCIA
ALAGOANA**

**Discurso pronunciado na Associação
Comercial de Maceió, em 19 de setem-
bro de 1953.**

Minhas senhoras, meus senhores:

No início do meu agradecimento a tão emocionante generosidade vossa, cumpre realçar, meus amigos, a feliz circunstância de estarmos todos reunidos neste salão da austera Associação Comercial de Maceió. Integrada de elementos da agricultura, do comércio, da indústria, e hoje sob a direção dêsse autêntico homem público que é Homero Galvão, os novos tempos, com a criação dos sindicatos e das suas federações, não a desfiguraram nem lhe tiraram o prestígio. Instituiu a lei outros órgãos de classe, mas os elementos que dêles participam não se dispuseram a afastar-se da velha Associação Comercial, que conserva a sua grandeza, crescendo-a pelo poder da tradição e ainda pela força moral e espírito cívico que a enformam e orientam, e a fazem presente sempre aos movimentos de interêsse do povo.

Recordo com emoção profunda que foi daqui, dêste mesmo salão, numa noite de setembro de 1945, que se irradiou para todos os municípios alagoanos o movimento em

favor da redemocratização do país, movimento deflagrado com o apoio das personalidades mais prestigiosas da nossa vida econômica e social. Aqui também se reuniu e trabalhou a Assembléia Constituinte, e aqui foi assinada a Constituição do Estado de 1947.

Confunde-se, dêste modo, a Associação Comercial de Maceió com a vida alagoana, de que está sempre decidida a participar até onde se estendam os interêsses da produção, que ela representa e defende. Eis porque lhe foram concedidas atribuições de órgão consultivo do Poder Público. Eis porque o meu Governo tanto lhe requer a cooperação, prestada sempre com o alto pensamento de servir à coletividade. Eu não poderia sem injustiça deixar de lembrar, em hora para mim tão memorável, que foram os homens da Associação Comercial de Maceió que me forneceram os elementos financeiros necessários à execução do plano rodoviário, que assegurará mais rápido desenvolvimento econômico à nossa terra. E aí não parou a sua participação no meu Governo: ela é de todos os dias, mediante as sugestões que me encaminha, os problemas que estuda, as questões que debate, os assuntos que elucida. Faz-se comum, assim, o nosso trabalho, realizando bem a

Associação Comercial a nobre tarefa de órgão de utilidade pública. E nunca, seja dito por amor à verdade, nunca lhe surpreendi preocupação menos patriótica, pois seus objetivos são sempre o bem-estar do povo e o progresso de Alagoas.

Realizada neste salão, evidentemente mais se engrandece a vossa generosa manifestação de aprêço, já sobremodo glorificada pela presença de tantos e tão altos valores da nossa terra. Não é para uma reiteração de solidariedade que estão aqui os meus companheiros de partido, nem aquêles que, vindos de outras fontes, me animam com o seu apoio. O que eu vejo neste instante a meu lado é Alagoas, a sociedade, a comunidade, o povo alagoano, demonstrando-me, ainda uma vez, o seu afeto, e dando-me a honra do seu estímulo. Não tenho diante de mim uma porção de interêsses vários lisonjeando um homem de govêrno: o que ora aqui se encontra é a consciência da minha gente, desnuda de paixões que lhe restrinjam a sinceridade e lhe perturbem a serenidade de julgamento.

Aqui estais — agricultores, comerciantes, industriais, trabalhadores, pescadores, operários, médicos, advogados, comerciários, sacerdotes, professôres, escritores, jornalistas,

deputados, prefeitos, vereadores, líderes políticos, líderes sindicais, que afluís das mais diversas nascentes, vindos de tôdas as classes sociais e de todo o Estado, da Capital como dos mais distantes municípios, sem a nódoa de uma ambição egoísta — aqui estais para uma afirmação de confiança, para uma afirmação, tão necessária ao meu labor, de que não vos tenho faltado nem me hei tornado menos merecedor da vossa confortadora expectativa.

Em qualquer fase de minha vida, esta homenagem, tão espontânea, tão enobrecedora e tão excepcional, falaria profundamente à minha sensibilidade. Em qualquer época da minha existência, vosso gesto me encheria de confôrto a alma agradecida. Mas, nesta hora, tão generosa festa tem para mim significação muito mais alta e muito mais comovedora, porque me trazeis, com ela, novos testemunhos da vossa estima exatamente quando se procura diminuir em mim um esforço bem-intencionado e uma consciente e firme vontade de servir.

Há poucos dias, as fôrças políticas que me apóiam davam-me a mais alta prova de solidariedade com que eu poderia sonhar, numa concentração memorável, que constituiu um

dos mais impressionantes espetáculos cívicos já verificados em Alagoas. Agora sois vós, que vos reunis aqui para dizerdes que minha vida continua digna de ser vivida.

Não me desviarão do meu caminho os que me combatem, os que me negam, e até os que, neste momento, buscam destruir-me: não aquiescendo embora à anulação da minha autoridade, jamais esquecerei que me cabe, antes de tudo, preservar a vossa tranqüilidade. Continuarei trabalhando, dentro da paz que me orgulho de haver aqui instaurado, para estar cada vez mais à altura de prêmios inexcedíveis como o que agora estou recebendo.

Sou, realmente, posso dizê-lo sem receio de contestações, um homem que, há mais de dois anos e meio, se consagra totalmente ao trabalho de servir-vos. Nesse espaço de tempo, terei, naturalmente, errado; mas nunca em mim arrefeceu o empenho de vos ser útil e de corresponder à vossa confiança, nem mesmo quando as injustiças e as incompreensões, as injúrias e os agravos poderiam encher-me de desalento e de desesperança. Nesse labor, que só não me exaure as energias porque não me tem faltado o vosso estímulo, nem sempre haverei de todo atendido aos vossos anseios, mas nunca lhes fui indiferente.

O dia de hoje sempre foi, para mim, de recolhimento; vivido no recesso da minha família. Transferindo êste ano a comemoração desta data da intimidade do meu lar para a grandiosidade dêste recinto, trasladando-a do círculo familiar para a amplitude de uma concentração de fôrças vivas do Estado, e festejando-a no mesmo local em que se verificaram fatos memoráveis da nossa história cívica, ampliais os limites da minha família, à qual vos incorporais com a vossa generosidade, e me levais a considerar bem maior a responsabilidade que me pesa e bem mais profunda a importância dos compromissos que me sobrecarregaram no Govêrno de Alagoas.

Sei perfeitamente que não se trata, aqui, de uma festa partidária, e longe de mim querer reduzir a larga e profunda significação desta homenagem a referências de ordem política; mas um homem público que, no exercício de um mandato popular, recebe, como eu, tal prova de confiança, consagrada de uma conduta e de um programa de govêrno, não pode restringir seu pronunciamento a puras palavras de agradecimento pessoal. Não é, positivamente, ao homem de partido que distinguis, mas também não vos reúne aqui o simples cidadão, bem modesto para receber honra tão insigne.

O que sobretudo nos congrega é evidentemente a identidade do nosso pensamento em benefício da terra comum. Sois as fôrças vivas do Estado, de que o Govêrno é uma expressão. Os homens que recebem das urnas o diploma eletivo, no decorrer dos pleitos não se nutrem, não fazem reservas suficientes da inspiração popular para todo o período do exercício do seu mandato. Carecem de auscultar permanentemente as fontes do seu poder para não se distanciarem dos anseios da comunidade. Se o povo, depois das campanhas eleitorais, não adormece, mas antes se mantém vigilante e atento; se o povo não se demite do direito de fiscalizar a atuação dos seus representantes, êstes, para serem fiéis aos compromissos que o sufrágio universal lhes exige, não podem ficar indiferentes aos reclamos da alma coletiva nem deixar de sondar-lhe sempre a vontade e as inclinações. Fortifica-se a vida democrática nessas relações entre eleitores e eleitos; e, se os últimos não procedem como lhes cumpre, se não correspondem aos compromissos assumidos, não se iludam: transformam-se, por mais astuciosos, audazes, arrogantes e rumorosos que sejam, em verdadeiros corpos sem alma, solitários, vazios, inócuos, imperceptíveis, abandonados. Faltos da seiva e do viço das origens

de que dimanaram, já não recebendo o fluxo da sensibilidade, do entusiasmo, da consciência populares, suas palavras e atos, sem conteúdo nem eficácia, bem longe de influírem nas inteligências e emocionarem os corações, suscitam indiferença e enfado.

Êste encontro que hoje me proporciona dá-me oportunidade de conferir as minhas idéias e propósitos com as vossas aspirações e esperanças. E foi com profunda alegria que de novo verifiquei como estamos entendidos, ao ouvir a vossa voz, a voz nobre e grave, autorizada e respeitada, do vosso intérprete, eminentemente alagoano que se afirma pelo poder econômico tanto quanto pela fôrça da inteligência e da cultura, e pelo prestígio social e político, tal se houvésseis querido fixar através dêle a síntese dêste conagraçamento de figuras tão ilustres e de tão variadas procedências e atividades. Reúne o Dr. Osman Loureiro a condição de produtor de riquezas à de professor de Direito e de homem público com uma longa experiênciade de govêrno. Ninguém melhor do que êle conhece as dificuldades de quem dirige um Estado como Alagoas. Os obstáculos por êle enfrentados há vinte anos são os mesmos que hoje nos desafiam. Na generosidade das suas palavras a meu respeito, que tanto cativaram o meu reconheci-

mento, bem se percebe a compreensão do antigo governador que sentiu por igual os sofrimentos que venho defrontando.

Mas nenhuma surprêsa me causam tais dissabores. Desde cedo habituado à luta mais árdua pela vida, não poderia decepcionar-me com circunstâncias, contingências e acontecimentos próprios da vida política. Ao contrário: sou dos que consideram que os tropeços e embaraços enrijam e fortalecem o homem público, e o preparam para as grandes vitórias. Há dificuldades que podem ser por êle chamadas felizes, que podem até ser desejadas. O indispensável é que, em meio ao tumulto e à tormenta, mantenha a reflexão, a serenidade e a prudência, distante dos arrebatamentos tão comuns nas campanhas eleitorais, para entregar-se à compreensão, tão necessária à obra construtiva, consciente de que o voto do povo não lhe atribui sòmente direitos, mas sobretudo deveres. E entre êstes deveres se destaca o senso da responsabilidade, que impõe ao homem de govêrno a consideração dos interêsses gerais acima dos interêsses de indivíduos e de grupos, o que lhe dá a consciência da sua missão de magistrado.

Ê natural que o desempenho de tarefa sobremodo difícil determine incompreensões e injustiças, que as vontades e ambições contra-

riadas exacerbam. As obrigações do Governo são muito impessoais para permitir que em tórno dêle se forme unanimidade de opiniões. Jamais esperei ou pretendi unanimidade, e todo o meu esforço de conciliação tem visado, antes de tudo, ao desarmamento dos espíritos e à preservação de um clima de segurança, tranqüillidade e ordem para que o Governo possa realizar o máximo em benefício do povo.

Mesmo porque quem se vê alvo da confiança popular é que bem pode aferir a importância da crítica, tanto é graças a ela que se distingue a realidade, e surge afinal a verdade. Até quando a liberdade de pensamento e de palavra, pelo excesso de paixão que a envolva, incida no êrro e na injustiça, e não contribua para o esclarecimento pessoal do homem de govêrno, ainda assim ela se faz útil, permite uma visão mais clara da verdade — que é objetiva, que não se inventa — pela contradição, pelo contraste, pelo atrito da crítica infundada com a realidade, o que proporciona ao povo, com a sua fina intuição discernidora, uma impressão mais justa e mais favorável em relação ao Govêrno. Compete, assim, ao homem de govêrno imbuído da consciência da sua missão crer no poder da verdade, que antes se exprime pelo choque

de opiniões do que pela negação da liberdade, essencial à dignidade humana.

Inspirado em tais princípios, procurei não sòmente instaurar aqui um regime de liberdade, senão consolidá-lo. A liberdade confere ao homem uma substância moral de incomparável valor, mas não se faz efetiva se não se alicerça em elementos de outra ordem, em elementos econômicos, de produção e de riqueza. Para apressar o progresso da nossa terra, lancei-me a um programa administrativo que a muitos pareceu ousado demais, e no qual sobressai o plano de construção e pavimentação de estradas. A rodovia Maceió — Palmeira dos Índios incentivará a produção na área do agreste e na sertaneja, zonas por excelência de pequenas propriedades. A estrada Maceió — Leopoldina acordará região das mais ricas do Estado e ainda não explorada por falta quase absoluta de vias de comunicação. Centros de consumo ficarão, assim, melhormente ligados aos de produção, e o transporte será fácil e barato — o que importa rebaixamento do custo da vida pela redução do preço das utilidades. Estou certo — repito — de que a execução de tal plano implicará novo e vigoroso impulso da economia alagoana.

Cabe-me acentuar que, além do plano rodoviário e dos meus esforços no sentido de

ampliar a educação pública e incrementar a produção, incluem-se no meu programa administrativo outras obras que igualmente repercutirão no futuro de Alagoas, como o saneamento de Maceió e o abastecimento de água aos bairros pobres da Capital e às sedes de diversos municípios, serviços fundamentais e indispensáveis à saúde e bem-estar do povo.

Impossível descurar o homem de governo dos problemas do povo, tanto é através dêste que se garantem a tranqüilidade e a prosperidade geral. Cabe-nos sobretudo não esquecer as vidas humildes, sem alegria, os lares pobres, sem pão e sem saúde, os lares dos sem-trabalho, dos desafortunados, dos desamparados, e tomar a peito o promover-lhes bem-estar, segurança e justiça, visando a uma sociedade mais justa, em que as necessidades não comprometam a personalidade humana e as desigualdades sociais não favoreçam as explosões de desespero e revolta. Para resolver o problema, grave e complexo, não bastam as obras accidentais da caridade e da solidariedade humana, que confortam, mas não decidem. Torna-se preciso estendamos, em tais setores, os nossos olhares para o futuro; que nos dediquemos não a empreendimentos que apenas encham a vista, mas que encaminhem e promovam soluções.

É, meus amigos, o que tem procurado fazer o meu Govêrno, na modéstia das suas atribuições, dentro do regime social em que vivemos. Certo que, obra de largo alcance, a nossa não pode aparecer do dia para a noite; mas já se afirmam os seus resultados.

Desnecessário relembrar que para essa obra muito contribuístes, impelidos pelo vosso sentimento de responsabilidade. A democracia não restringe o sentido de govêrno apenas ao chefe do Executivo e a seus auxiliares. Govêrno são todos quantos cooperam para o bem-estar da comunidade, de que êle é cúpula, e da qual tira os meios com que agir pelo bem geral. Govêrno são especialmente todos os que aqui se encontram, nesta noite, identificados pelo trabalho que já realizamos e pela esperança que nutrimos de ainda muito fazer pela nossa terra.

A reafirmação, nesta hora, da vossa amizade e da vossa confiança, evidencia uma renovada vontade de união e de ação comum. Dá-me êste fato a certeza de que devo perseverar na linha que me tracei de realizar um govêrno humano, de bem público, de moralidade, de austeridade, de segurança, de liberdade, de tranqüilidade, de ordem, de trabalho, orientado por um persistente esforço de persuasão; um govêrno de entendimento e

concordia, que só reconheça inimigos nos inimigos do povo e nos inimigos de Alagoas, e que insista sempre na cooperação de todos os alagoanos de boa vontade para o serviço coletivo.

Foi, sem dúvida, esta orientação, foi esta conduta que me proporcionou as grandes emoções deste dia, as quais me dão a certeza, hoje mais do que nunca, de estar amparado pela consciência da minha terra, aqui legitimamente representada. Eu não poderia aspirar a uma demonstração mais solene da sua confiança; sinto que ela, vigilante, me acompanha, me fortalece e estimula. Se esta demonstração poderia, em qualquer época, chegar a envaidecer-me, neste instante me enche de determinação para não mudar de propósitos nem de métodos, a fim de que possa merecer cada vez mais a vossa estima, que é a melhor recompensa que desejo ter para o meu trabalho.

Meus amigos:

Diante da vossa atitude, posso dizer que não me faltará, com a graça de Deus e com a vossa ajuda, nem fé nem coragem nem forças para cumprir o meu dever, na luta pelo ideal que nos congrega.

**PRESTANDO
CONTAS
AO POVO**

Discurso pronunciado ao microfone da
Radiodifusora de Alagoas, a 3 de
outubro de 1953.



Povo alagoano:

COMO no ano passado, aqui estou, neste grande dia, para agradecer o vosso apoio e dizer-vos do resultado dos nossos esforços pelo bem público.

Nestes dois últimos meses já tive diversas oportunidades de vos falar da minha ação à frente dos destinos de Alagoas, mas isso não me impede de aqui estar hoje de novo convosco, comemorando uma data histórica, bem vossa, que é a da vossa libertação.

A primeira daquelas oportunidades se verificou a 11 de agosto findo, quando dirigi longa carta ao Deputado Rui Palmeira, lida por êle da tribuna da Câmara Federal, defendendo-me de infundadas acusações dos meus adversários. A seguir, foi o discurso pronunciado na extraordinária concentração política do Teatro Deodoro, com que se comemorou, a 30 do mesmo mês de agosto, o terceiro aniversário do lançamento da minha candidatura ao Governo. Veio depois o meu encontro com tôdas as classes sociais do Estado, com as figuras de maior expressão da vida alagoana,

reunidas, sem qualquer cunho político, a 19 de setembro, no banquete da Associação Commercial de Maceió.

Deram-me, assim, os meus adversários ensejo a que melhor fixasse, com a serenidade e franqueza com que me habituei a falar-vos, aspectos da minha ação administrativa e política, que mais realçaram depois de por êles negados ou malsinados. Proporcionaram-me êles, ainda, receber, quando eu menos esperava, comovedoras reafirmações de aprêço, vindas, calorosas e vibrantes, de todos os pontos do Estado, expressas tanto pelas grandes vozes de velhos companheiros de lutas democráticas e de eminentes alagoanos como pela palavra ardente e generosa de estudantes e operários, todos impressionantes na firmeza e energia da decisão de solidariedade ao meu Governo. Verifiquei, dêste modo, como coincide a vontade do povo com a orientação que nos traçamos e como está vivo em tôdas as camadas da nossa sociedade o espírito de luta para defesa da liberdade e tranqüilidade da nossa gente.

Não é de agora que me vem dispensando o povo alagoano provas tão altas de generosidade. O 3 de outubro de 1950 foi emocionante expressão, pelas urnas, de tal sentimento, que já anteriormente se evidenciara

em todos os cantos por onde andei em propaganda eleitoral. A excepcional acolhida com que fui aqui recebido em 31 de janeiro de 1951 marcou para sempre a minha sensibilidade.

Evidentemente, essas demonstrações dimanavam das esperanças coletivas que a vitória do movimento contra a tirania fizera eclodir. As manifestações dêste ano, porém, não as inspira apenas a esperança. Sinto através delas que, em meio do meu mandato, já estou sendo julgado, e daí a importância de que para mim se revestem. Ao aceitá-las, em hora sobremodo difícil, tão intensa e cruel se tornara a campanha contra a verdade sôbre o meu Govêrno, submeti-me realmente a duros testes, comparecendo perante verdadeiras assembléias para ouvir o pronunciamento a meu respeito de homens cuja reconhecida independência moral não os levaria jamais a atitudes que lhes negassem a consciência. Nunca, aliás, me recusarei a essas provas, necessárias para exprimirem o grau de afinidade e entendimento entre o povo e o homem público, que, se quiser ser digno do seu mandato, deve estar sempre disposto a prestar contas ao povo, não pode temer o povo.

Aqueles encontros com as fôrças políticas e as classes sociais junta-se, alagoanos, êste

nosso de hoje, que se faz pelo microfone da Radiodifusora de Alagoas, mas me causa a mesma emoção, tal se estivéssemos face a face. Não falo neste momento para agradecer uma homenagem, mas para cumprir um dever, nem me dirijo daqui a manifestantes ou a correligionários, mas a todos os alagoanos, sem distinção de classes, aos mais afortunados como aos mais humildes. Para ser sincero, devo confessar que neste instante penso especialmente na gente pobre, que tanto sofre e tanto necessita do nosso amparo. São os seus sofrimentos e as suas necessidades que ditam, a bem dizer, as minhas palavras, dirigidas ao coração e à razão dos alagoanos.

Tampouco me seria possível esquecer, nesta hora, aquêles que tombaram, os que foram humilhados, vilipendiados, martirizados, sacrificados pela sua dedicação ao bem-estar da nossa gente durante o negro período de govêrno que me antecedeu. Não poderia esquecer, sobretudo, o grande companheiro Eustáquio Malta e os seus jovens filhos Maria Sônia e João Ubaldo, nem o trabalhador Napoleão Henrique de Sousa, todos chacinados nesse dia pelo crime de defenderem para o nosso povo o regime de liberdade, que afinal instauramos. Domina-me a emoção ao pronunciar-lhes os nomes. E o faço numa como-

vida homenagem, em que se afirma tôda a minha decisão de fidelidade aos ideais que nos reuniram e pelos quais se imolaram as suas vidas. Estamos hoje onde estávamos em 1950, voltados para o exemplo dêles, estímulo permanente a iluminar e fortalecer as nossas ações.

Povo alagoano:

Ao assumir o Govêrno, em janeiro de 1951, falando-vos na Praça Pedro II, eu vos declarei:

“Conheço a generosa expectativa que se formou em tôrno da minha ação, mas devo sinceramente declarar que nada posso fazer sem essa ajuda coletiva. . . . Não me considerem capaz de realizar milagres. Não há governos onipotentes. O que prometo é empregar tôdas as minhas energias e todo o meu tempo ao serviço de Alagoas. Nada exijam do Govêrno, que pelo menos agora nada tem para dar a ninguém, senão muito que pedir a todos. Pedir, sobretudo, compreensão.”

Eu nada podia, de fato, prometer, e realmente precisava de muita ajuda e compreensão, pois a tarefa que me cabia se me apresentava sumamente difícil. Recorde-se apenas, para não falarmos de aspectos já por

demais debatidos, que, se o povo nos deu surpreendentemente a vitória eleitoral por extraordinária diferença de votos, foi porque estava saturado da violência, e o fez num irreprimível movimento de rebeldia, inspirado pelo instinto de conservação e pelo sentimento de dignidade, ante o perigo da continuação de um estado de coisas verdadeiramente humilhante e insuportável. Eram profundos, sem dúvida, os ressentimentos provocados pelo passado, tão graves os erros e os crimes que se haviam praticado, mas não eram menores nem menos solenes os compromissos por mim assumidos de desarmar os espíritos e pacificar Alagoas. Se me competia, entretanto, evitar as vinganças animadas pelas mágoas e sofrimentos ainda muito em carne viva, cumpria-me também cuidar de não apagar entusiasmos nem decepcionar dedicações. Ante circunstâncias tão desencontradas, contingências tão contraditórias, fortalecia-me, contudo, a convicção de que os meus correligionários bem compreenderiam que não me elegeram para representá-los apenas a êles, mas para representar todo o povo alagoano. E, se o Governo não é um problema de vontade e sim de consciência, não poderia eu jamais sacrificar os interêsses da totalidade aos de facções ou pessoas. Governador de todos

os alagoanos, mesmo daqueles que de mim divergiram e me hostilizaram, meu mandato pertence evidentemente à comunidade, é um patrimônio da nossa gente. Não exerço uma função puramente política, mas uma espécie de magistratura, dentro da qual minhas obrigações não são apenas para com as fôrças que me apoiaram, mas até para as que se me antepuseram. Os que escolheram o meu nome e ajudaram a minha eleição conquistaram um direito e assumiram um dever: o direito de exigir de mim conduta coerente com os princípios que nos congregaram, e o dever de ajudar-me a corresponder à confiança popular. O povo, que nos deu a vitória, sugestionado pelas nossas palavras, aguardava que as confirmássemos pela ação. A solidariedade ao governador tinha, desta forma, muito maior importância do que o apoio ao candidato, que, derrotado, não desiludiria ninguém, enquanto que, eleito, precisava atender a justos anseios.

No que me diz respeito, a realidade vai dia a dia melhor demonstrando como tenho sido fiel às inspirações da campanha de 1950. Cuidei, desde o início, conforme, aliás, enunciara em meus discursos de candidato, de realizar um govêrno de cunho nitidamente, essencialmente democrático, preocupado tam-

bém em criar aqui um clima de tranqüilidade, indispensável à recuperação do Estado após a fase de terríveis agitações e arbitrariedades que vencera.

O passado de desmandos, porém, como que instituira em nosso meio uma ligação entre a noção de govêrno e a de violência. E, diante de transição tão brusca, imaginou-se fôsse fraco o meu Govêrno, pela liberdade que assegura, pela tolerância que demonstra, pela serenidade em que se mantém. O tom cordial com que se faz sentir a nossa autoridade, a energia sem brutalidade, o respeito consentido e não impôsto, o antes prevenir que reprimir, num permanente esforço de persuasão e entendimento, coerente com a missão educativa do Poder Público, essas condições de vida democrática, que aqui instauramos, levaram os nossos adversários ao grave êrro de visão de considerá-las ditadas pela debilidade. Convenhamos, todavia, em que é preciso tenha o Govêrno em alto grau a consciência do seu poder para assim agir, escusando-se de propar o mêdo como elemento de prestígio e respeito, tanto a exacerbação e os atos brutais assinalam antes a fraqueza que a fôrça. E, assim agindo, por fidelidade aos compromissos assumidos e interpretando a vontade do povo, o Govêrno necessariamente conta com

o apoio do povo, e nenhum govêrno é fraco, desde que dispõe dêsse apoio. Se, ademais, violência vencesse, nós não teríamos alcançado o triunfo extraordinário de 1950.

As dificuldades maiores que encontrei, porém, não estavam no choque entre a mentalidade aqui reinante e o novo regime, nem na grave situação financeira do Estado, nem na complexidade dos problemas para resolver. Situavam-se elas especialmente nas esperanças por nós despertadas e tão solerte e cruelmente exploradas pelos nossos adversários. O povo, abandonado por tanto tempo, confiou no Govêrno, confiou com tal fé que, como já se disse, de nós esperava o milagre de realizar tudo imediatamente, sem o necessário intervalo para que se preparassem os alicerces da construção. “O que Deus é para o mundo, o Chefe do Estado é para a Nação e o Governador para a Província” — frisa S. Tomás de Aquino no *De Regimine Principium*; mas isso não quer dizer tenha o Governador condições e elementos materiais para a tudo prover e atender, libertado das limitações humanas e das exigências de tempo e de meio.

De qualquer modo, era indispensável esforçar-me para que não se extinguisse a flama que acendemos, não morressem tantas esperanças que acordamos, mas, ao contrário, se

reavivassem e mais florescessem. Era, por outro lado, indispensável canalizar sentimentos tão diversos, suscitados pela nossa campanha eleitoral, no sentido construtivo, transformando-os em fôrças positivas, em energias de trabalho pelo bem comum.

A triunfo tão excepcional e a expectativa tão grande não podia eu, indubitavelmente, responder com um plano administrativo sem maior profundidade e significação. Mas bem sabeis em que situação caótica recebi o Estado: agitação política, *deficit* imenso, falta de crédito, produção desorganizada. Depois, entretanto, de alguns meses dedicados à arrumação da casa — não admitindo cruzar os braços, uma vez que não aceitei o poder pelo poder, mas pelo ensejo que êle nos oferece de agir em favor do bem público — lancei os fundamentos de uma obra definitiva, em que realçam, no setor rodoviário, a construção e pavimentação de estradas, e no setor da saúde pública, o saneamento de Maceió e o serviço de água para os bairros pobres da Capital e as sedes de municípios do interior. Ides ouvir dentro de poucos instantes os meus auxiliares de govêrno sôbre as nossas principais realizações administrativas. Evidenciam estas que, tendo sido o nosso ideal a paz, não ficamos inertes depois dessa conquista moral e polí-

tica, porque nela nos baseamos a fim de nos projetarmos, a despeito de todos os obstáculos, em empreendimentos de ordem material que — afirmo-o como homenagem tanto aos meus colaboradores como ao povo, que nos apóia e incentiva — surpreenderam todo o mundo pelo seu arrôjo. Já hoje não se pode negar que trabalhamos com entusiasmo, constância e eficiência, e que levamos a efeito e estamos executando alguma coisa de muito importante e fecundo para o futuro de Alagoas. Já começam a aparecer as obras do Govêrno.

Povo alagoano:

Pedi-vos compreensão, e a obtive. Timbraram os meus adversários em vos conduzir ao desencanto e ao desespêro, tentando anular, ao mesmo tempo, a autoridade de um govêrno cuja ação se exerce de forma humana e democrática. Mas vós, com o vosso excepcional poder de intuição, não vos deixastes levar pelas seduções e pelos enganos. As manifestações de setembro serviram para que vos tomássemos a temperatura, e vós afirmastes o mesmo calor cívico de 1950, com o qual aqueceis o ímpeto construtivo do Govêrno. A demora exigida para a execução dos empre-

endimentos de mais vulto, apesar de intensamente explorada pelos meus adversários, não apagou a chama das vossas esperanças, que se voltam, como antes, para nós. A confiança que em mim depositastes há três anos acaba de ser reafirmada de forma convincente. Confiei em vós, e vejo hoje que continuais confiando em mim. O trabalho dos meus adversários para separar-nos não deu nenhum resultado. As bandeiras queridas por vós — liberdade, paz, segurança, progresso e justiça — continuam nas nossas mãos, empunhadas por nós. As impaciências, justas, aliás, num povo torturado pelas necessidades, já vão sendo afastadas pelas esperanças satisfeitas.

Início, assim, a segunda metade do meu período de govêrno com a consciência tranqüila e o meu velho otimismo renovado. Não tenho motivo para descreer, para perder a fé nem o gôsto da ação. Olhando o tempo transcorrido desde a campanha eleitoral, concluo que o mais difícil já passou, e que o povo, consciente de sua fôrça, sabe o que quer e sabe querer.

Bem conheço as críticas que se fazem ao Govêrno, e me refiro às críticas honestas, não àquelas que envolvem a calúnia e a injúria. Mas precisamos atentar em que o crítico, em geral espectador, não pode medir as dificul-

dades dos bastidores, as quais impedem o homem de govêrno de fazer sempre o melhor. É naturalmente muito mais fácil criticar do que realizar. E o Govêrno — repito — não pode sòzinho fazer tudo.

Nas democracias, o povo se apresenta e atua não apenas através do governador, que é o Poder Executivo, mas também dos deputados, que constituem o Poder Legislativo. O governador nada pode sem a cooperação dos membros do Poder Legislativo, e todos são igualmente servidores do bem comum, com os mesmos e graves deveres. A vitória de 3 de outubro deu-nos a eleição do governador, mas não nos deu a maioria da Assembléia Legislativa. Fizemos, em trinta e cinco deputados, apenas quinze, e, dêstes, três pouco depois se afastavam de nós. Nos primeiros tempos do meu Govêrno, tive a fortuna de obter do Poder Legislativo as leis que me permitiram executar grande parte do programa administrativo que elaborei, porque contei com o apoio de vários deputados, que, eleitos por legendas adversárias nossas, logo compreenderam os meus intuitos e patriôticamente decidiram apoiar-me.

Não é preciso, porém, que a opposição tenha maioria para conseguir dificultar e perturbar os trabalhos legislativos. O orçamento,

por exemplo, para o qual não existe regime de urgência, só pode ser aprovado mediante entendimento entre as diversas bancadas. Não tendo havido êsse acôrdo em 1952, apesar dos esforços dos elementos que apóiam o Governo na Assembléia, empenhados em que esta se desincumbisse da sua tarefa fundamental, não foi, infelizmente, votado o orçamento para 1953, o que muito prejudicou Alagoas na sua marcha de progresso. Vale frisar ainda que, aumentados no ano passado os vencimentos do funcionalismo, tal aumento não constou da lei orçamentária, porque a de 1953 é ainda a de 1952. Em virtude do quê, o Governo, embora possua os fundos necessários, está ameaçado, por falta de refôrço da verba orçamentária, que em breve se esgotará, de suspender o pagamento do funcionalismo, pois carece, para efetuá-lo, de autorização da Assembléia, e esta ainda não a deu. Vários projetos da maior importância lá se encontram, dependentes de exame e votação. Entre êles, o da Colônia Penal Agrícola, o do Banco da Produção e o da divisão das terras públicas, iniciativas que, aprovadas e entrosando-se com a de construção e pavimentação de estradas, muito incrementariam a economia alagoana. Não é justo que a oposição leve a Assembléia Legislativa a servir a

interesses partidários, com sérios prejuízos para os interesses do povo, como no caso da não votação do orçamento e da rejeição pura e simples dos projetos governamentais, de tão profundo sentido humano, que criam o Serviço Social de Menores e o Conselho de Assistência Social.

É preciso convir em que, impedindo-se o Govêrno de trabalhar, não se atinge própria-mente o governador, porque antes se fere a terra comum, com dificultar-lhe o progresso. Sendo o Govêrno o órgão, o poder de execução, evidentemente só através dêle se movimenta a máquina do Estado. Se a oposição parlamentar lhe nega os meios de agir, que poderá fazer o Govêrno em benefício do povo? E por que se empenha a oposição em lutar sistemà-ticamente contra o Govêrno, quando antes devíamos, através de uma ação comum, lutar contra os problemas, a miséria, as iniquidades, as injustiças sociais, promovendo a extensão do bem-estar até aos mais pobres e humildes? Por que, em assomos de violência a que o Govêrno, com a sua fôrça, não se entrega, tentar lançar cruelmente o Estado no tumulto, no caos, fazendo-o voltar com tais côres às manchetes dos jornais, sem nenhum proveito para o povo, antes com descrédito e prejuízo para todos nós?

Demais, os simples descontentamentos e ambições não fornecem suficiente substância e conteúdo à oposição, que precisa de uma mística. Crescemos e vencemos em 1950 porque tínhamos a mística da liberdade e da paz, justificada e alimentada pròdigamente pelas inomináveis violências e desacertos do Govêrno. E à oposição não adianta desvirtuar ou ocultar a realidade, adulterar ou negar a verdade, que termina sempre impondo-se à luz do dia. As últimas atitudes dos meus adversários, oriundas de inexplicáveis falhas de observação, possibilitaram uma profunda sondagem da alma alagoana, que manifestou pacífica e firmemente a sua decisão contrária aos processos e aos rumos do movimento oposicionista. Depois disso, engane-se quem quiser. O povo alagoano votou livremente a 3 de outubro, e não concebe possa modificar-se o seu veredicto, nem que lhe seja tirada a paz que conquistou.

Valho-me desta oportunidade, na data em que fomos, Govêrno e oposição, eleitos em 1950, para fazer novo e caloroso apêlo a todos os deputados no sentido de se entenderem a bem de Alagoas. Conservando as nossas linhas partidárias, coloquemo-nos todos acima das paixões pessoais, pesemos as nossas responsa-

bilidades e consideremos os sagrados interesses do povo.

Sobretudo depois das emocionantes manifestações que recebi, e que me deram, como as que me foram tributadas em 1951, a impressão de uma ratificação de mandato, de uma nova eleição, não posso arrogar-me o direito de odiar ninguém, nem muito menos de nutrir incompatibilidades, a não ser, já o afirmi, com os inimigos de Alagoas e do povo. Meu coração está limpo de ressentimentos. Esquivei-me permanentemente, no exercício da minha função, ao domínio das paixões que não fôssem as do bem público. Sempre tive em mente que não está em jôgo a minha pessoa, mas a coletividade que represento. Eis porque os agravos jamais enfraqueceram o sentido impessoal de minha ação de govêrno, levando-me, ao inverso, a vencer-me a mim mesmo antes de tentar vencer os outros. O meu ponto de referência nunca foi o adversário que me agride, mas o interesse público que me inspira.

Não penso em ser candidato a nenhum pôsto eletivo. Minha preocupação é assegurar plena liberdade ao povo para que êle eleja em 1954 quem achar mais digno da sua confiança. E não há dúvida que o povo distingue, agra-

decido, quem sobretudo lhe seja útil. Cada vez mais me convenço de que só lhe conquistamos o coração pelo bem que lhe fazemos. Já está necessariamente superada a fase do insulto, da ofensa, como elemento de sedução popular. O material combustível com que se tenta acender fogueiras atrairá melhor as simpatias públicas se aproveitado como energia construtiva. As necessidades do povo são tamanhas que êle já não se deixa levar por palavras bonitas, e muito menos se entusiasma por gratuitas agressões aos que se empenham em minorar-lhe os sofrimentos, dar-lhe condições de vida mais favoráveis. O povo quer algo de mais substancial, e bem sabe que as lutas estéreis impedem o trabalho pelo bem comum. A grita apaixonada, visando à agitação e à desordem, não corresponde aos seus interêsses, e não categoriza ninguém ao aprêço das elites, nem das massas populares. Já o grande Vieira, no seu Sermão de S. Antônio, de 1654, dizia que “Deus não quer roncadores, e tem particular cuidado de abater e humilhar os que muito roncam”. E, falando aos peixes, perguntava o sábio pregador: “É possível que, sendo vós uns peixinhos tão pequenos, haveis de ser as roncadas do mar? Se, com uma linha de coser e um alfi-

nête torcido, vos pode pescar um aleijado, por que haveis de roncar tanto? Mas por isso mesmo roncais. Dizei-me: o espadarte por que não ronca? Porque, ordinariamente, quem tem muita espada tem pouca língua.”

Quanto a mim, devo declarar mais uma vez que hoje, como ontem, não dificultarei nenhum esforço em benefício do povo. Pelo contrário: darei minha cooperação a qualquer empenho, venha de onde vier, no sentido do bem comum. Este é o meu dever.

Já vai muito longa a nossa palestra, alonganos, mas não faz mal que me estenda na reafirmação de idéias e de propósitos. Há quem me censure porque insisto em assuntos e pensamentos já por mim debatidos e enunciados, como se tal não fôsse útil à melhor compreensão entre os homens e à sua maior identificação com a causa comum. Assim procedendo, alegra-me verificar, diante da renovação do apoio com que me distinguis, a constância dos vossos anseios bem como a firmeza das vossas decisões. E de meu lado vos demonstro que também não mudei, que, no Govêrno há dois anos e oito meses, continuo invariavelmente o mesmo, com as mesmas idéias, os mesmos propósitos dos tempos de candidato. Felizes os que não renegam as

palavras ditas, e podem repeti-las sempre, honrando-se delas. É prova esta de minha fidelidade e respeito a mim mesmo e a vós. E semelhante linha de coerência, a perseverança com que nela me mantenho, a determinação com que a sigo, dão-me a certeza de merecer a vossa confiança.

Não faz mal a ninguém que aludamos ao passado recente. Será que já atingimos uma situação de poder esquecê-lo sem risco de o ver restaurado? Nossa história é curta, mas vivida tão intensamente, e tão rica de ensinamentos e de acontecimentos decisivos para os destinos de Alagoas, que vale sempre a pena ser lembrada. Chegamos, assim, à conclusão de que nossa luta continua, e deve sem descanso nem desfalecimento prosseguir. Nada de desmobilização: muito grandes são os nossos compromissos com o povo, e não menor o desejo dos nossos adversários de fazerem Alagoas retornar ao que era.

O mesmo instinto de conservação que levantou nosso povo em 1950, há de sustentar-nos para defender o que alcançamos há três anos. E faz-se preciso, para isso, muito esforço; pois é mais difícil manter do que conquistar.

Que as forças políticas e espirituais despertadas pela renovação de Alagoas, com a

consciência íntima, o sentimento real da missão e do destino que nos unem, continuem a revolução que foi para nós o 3 de outubro, mormente agora que, alcançadas a liberdade e a tranqüilidade, já se vão consolidando os nossos ideais de progresso.

REALIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Discurso pronunciado a 29 de janeiro
de 1956, na solenidade de inaugura-
ção da estrada BR-26.

Meus senhores:

Ao dar por inaugurada esta rodovia, com a qual festejamos os primeiros cento e cinquenta e quatro quilômetros de estradas pavimentadas em Alagoas, volto minhas vistas para o ano de 1950, quando aceitei minha candidatura ao Governo do Estado. Embora surpreendido pela indicação do meu nome para honra tão alta, certo estava eu do apoio que teria nas urnas eleitorais, tanto exprimíamos, os opositoristas de então, as mais caras aspirações dos alagoanos. Conhecedor dos graves problemas que amarguravam o povo e entravavam o desenvolvimento do Estado, pude desde logo medir a profundidade e a extensão da minha responsabilidade. E, se já sentia como na própria carne as aflições da nossa gente, se Alagoas me doía, para usar expressão do velho Eça, a essas emoções se juntou, muito viva, a de me haver o destino confiado o contribuir para minorar êsses sofrimentos e resolver êsses problemas.

No discurso que pronunciei a 30 de agosto de 1950, ao agradecer o lançamento da minha candidatura ao Governo do Estado, além de declarar que não desconhecia a importância da tarefa que me era cometida, expus, na sua crueza, a realidade alagoana, e acentuei que modificá-la seria obra para uma geração, para várias gerações.

Refletindo sobre o nosso atraso, considerei que deveria ser o rodoviário o primeiro problema para solucionar, e solucionar de forma definitiva. “Esforcemo-nos” — disse eu então — “por abrir estradas e pavimentá-las, fazendo obra definitiva, de modo que possam ser utilizadas no período das chuvas.”

Com a consciência da minha missão, que era sobretudo a de promover o bem-estar do povo alagoano, não poderia eu deixar, realmente, de assumir êsse compromisso, tão vital se apresentava para o Estado o problema das comunicações. Pode-se dizer que àquele tempo o nosso agreste e o nosso sertão integravam a economia pernambucana, e não a alagoana. Desde Palmeira dos Índios, as relações comerciais se faziam com o Recife, ou com as grandes cidades do interior do vizinho Estado, como Garanhuns e Caruaru. Havia, entre essas regiões e a nossa capital, o massapê e o pântano, especialmente nas baixadas da Sa-

tuba, de Campina e Porangaba, quase intransponíveis nas épocas invernosas, e cheias de buracos e poeira durante o verão. E não eram apenas o agreste e o sertão que assim se distanciavam da Capital do Estado, pois no Norte, em plena zona da mata, municípios como Leopoldina, Pôrto Calvo, Maragogi, São José da Laje, União dos Palmares, Viçosa, uns mais e outros menos, carregavam a sua produção para o vizinho Estado, e no Recife se iam abastecer, anemizando a nossa vida econômica, cada vez mais subordinada à influência de Pernambuco. Por seu lado, voltava-se a região do Sul para a outra margem do rio São Francisco como para um caminho de salvação.

Estrangulava-se, assim, Alagoas, dividida e decepada na sua economia, ou estancada no desenvolvimento das suas fontes de riqueza. E isto se verificava numa fase em que nós nos devíamos preparar para receber a energia de Paulo Afonso (cujo fornecimento se iniciaria dentro de meu período de govêrno), fato histórico da mais profunda significação para Alagoas, para o Nordeste e para o Brasil, e ao qual nenhum homem público haveria de ficar indiferente.

Percebi desde logo que, para restaurar o Estado e colocá-lo em condições de responder

aos novos tempos, se impunha a necessidade de concluir a construção e fazer a pavimentação da BR-26, ligando Maceió a Palmeira dos Índios; modificar o traçado da BR-11 Sul, a partir da Chã do Pilar, na direção do São Francisco, e pavimentá-la; e construir e pavimentar a BR-11 Norte, que, partindo de Maceió, alcança a fronteira pernambucana na altura de Frios, em Colônia Leopoldina. Ficariam essas estradas como grandes rios, aos quais se ligariam, como afluentes, as estradas dos municípios, para o mais rápido escoamento da produção.

Eleito, apaixonei-me pela solução definitiva do grave problema.

Por certo iria eu, com isso, alarmar Alagoas, dominada pela rotina e pelo atraso, e as resistências e dificuldades, normais em empreendimentos de tal natureza, haveriam de multiplicar-se. Mas eu não poderia vacilar em face de tais considerações nem deter-me ante as reações contra o progresso, por mais desvairadas que fôsem, porque os meus compromissos para com o povo já estavam assumidos, e a minha consciência de alagoano e o meu dever de governante não me permitiriam agir doutro modo.

As classes produtoras, à frente delas o Dr. Homero Galvão, homem público e patriota,

ajudado por José Dionísio Sobrinho, Luís Calheiros Júnior, João Gama e George Coelho, não se intimidaram ante essas reações da estagnação, e aplaudiram e prestigiaram a iniciativa, assegurando-me ainda os recursos iniciais de financiamento com que pude concretizá-la.

À nossa primeira concorrência compareceu uma empreiteira que acabava de participar dos trabalhos de terraplenagem e pavimentação da rodovia Presidente Dutra. Sua proposta foi estudada e aprovada por uma comissão composta dos Drs. Antônio Mário Mafra, Demócrito Barroca, Major Luís Cavalcanti e Afrânio Lajes, e do Sr. Samuel Bulhões — os três primeiros, engenheiros; o quarto, advogado; e o último, contador-geral do Estado.

A 12 de dezembro de 1951 assinava-se o primeiro contrato, de Cr\$ 150.000.000,00, para terraplenagem e pavimentação. E a 6 de janeiro de 1952 chegavam por mar as primeiras máquinas, que quatro dias depois davam início aos trabalhos marcantes de uma nova fase da vida de Alagoas.

Passados dois anos, em 1953, recorreu o meu Govêrno ao Banco do Brasil para dêle obter um adiantamento de Cr\$ 200.000.000,00, das cotas do Fundo Rodoviário Nacional destinadas a Alagoas, a fim de apressar os nossos

trabalhos rodoviários. Obtido êsse adiantamento, fêz-se nova concorrência, para terraplenagem e pavimentação, à qual se apresentaram cinco das maiores firmas de São Paulo e do Rio especializadas no gênero. Anulada essa concorrência por serem altos os preços dos proponentes, outras foram realizadas, ganhando-as três firmas, uma de São Paulo, uma do Rio e uma do Nordeste.

Em 1955, concluído o contrato de Cr\$ 150.000.000,00, da primeira empreiteira, pôde o meu Govêrno pagá-lo integralmente.

E agora, neste dia, vemos que as demais firmas também executaram os seus contratos na BR-26, e tôdas já foram igualmente pagas pelo meu Govêrno ou têm seus créditos vinculados a depósitos bancários.

*

Os trabalhos rodoviários que executamos estenderam-se por todo o Estado, mas, para não me alongar, quero apenas referir os realizados na BR-26 e BR-11 Sul, que fazem a ligação Maceió — Palmeira dos Índios, na direção de Paulo Afonso, e na BR-11 Norte, em demanda da fronteira pernambucana.

De acôrdo com os dados fornecidos pela C.E.R., pavimentamos 154 quilômetros nas

três rodovias, e essa pavimentação custou Cr\$ 170.065.169,86.

Na BR-11 Norte construímos dois pontilhões e 60 obras de arte, no valor de Cr\$ 5.134.889,46.

A terraplenagem nessas três rodovias foi de 3.453.179.467 m³, e custou Cr\$ 156.068.031,33.

Construímos na BR-11 Norte duas pontes — uma de 101 e outra de 81 metros de vão — sôbre os rios Camaragibe-Açu e Camaragibe-Mirim.

A primeira custou Cr\$ 3.232.000,00, e a segunda, Cr\$ 2.856.000,00.

Na BR-11 Sul concluimos uma ponte sôbre o rio Mundaú, com 136 metros de vão, cujo preço total, com um movimento de terra de 15.000 m³, foi de Cr\$ 4.484.345,00; uma ponte sôbre o riacho Catulé, com 26 metros de profundidade e 18 metros de vão, a qual, antes de concluída, sofreu um acidente, mas pode ser recuperada, e mais 45 obras de arte, por Cr\$ 4.209.753,36.

Enfim, êsses 154 quilômetros de estradas asfaltadas, êsse revestimento primário, terraplenagem, pontes, pontilhões, e as obras de arte feitas nas estradas BR-26, BR-11 Norte e BR-11 Sul, custaram-nos Cr\$ 315.694.324,60.

ARNON DE MELLO

E nem um centavo desse montante saiu do bolso do alagoano, mas todo êle das seguintes verbas federais:

FUNDO RODOVIÁRIO

1951	6.691.706,10	
1952	7.707.219,70	
1953	9.971.672,40	
1954	14.717.365,70	
1955	16.470.818,00	
Adiantamento do Banco do Brasil	200.000.000,00	255.558.781,90

PLANO SALTE
BR-11 SUL

1951		
1952		
1953	2.495.000,00	
1954	6.986.000,00	9.481.000,00

ORÇAMENTO DO GOVERNO FEDERAL BR-11

1951		
1952		
1953		
1954	7.548.836,40	
1955	37.451.163,60	45.000.000,00

BR-26

1951		
1952		
1953	6.666.666,40	
1954	14.583.333,40	
1955	28.950.000,00	50.199.999,80
		360.239.781,70

UMA EXPERIÊNCIA DE GOVÊRNO

Cumpre fixar que as nossas atividades no setor rodoviário não se fixaram apenas nesta estrada, que hoje inauguramos, nem na abertura da BR-11 Norte, que liga Maceió a Colônia Leopoldina, integrando na nossa economia uma região riquíssima e até há pouco inaproveitada. Estenderam-se por todo o Estado e foram custeadas também com auxílios federais e com as verbas estaduais constituídas da taxa rodoviária e do adicional recuperável, de quatro décimos, sôbre o giro comercial.

Foi a seguinte a contribuição do Estado para rodovias, tôda ela empregada em estradas estaduais e municipais, de acôrdo com o relatório dêste mês da Comissão de Estradas de Rodagem:

1951	11.671.748,60	
1952	12.500.000,00	
1953	23.137.500,00	
1954	19.691.560,00	
1955	45.032.000,00	112.032.808,60
Soma geral			<u>472.273.390,30</u>

A execução do plano rodoviário, a que tive a honra de dar início, pode perfeitamente continuar, e o futuro Govêrno disporá para isso de recursos financeiros com que não contei.

Quando assumi o Governo do Estado, em janeiro de 1951, a nossa Comissão de Estradas de Rodagem recebeu o seguinte:

Orçamento da União ..	6.691.706,10
Fundo Rodoviário Nacional	11.671.748,60
	<hr/>
	18.363.454,70

Em 1956, êste ano, portanto, a C.E.R. terá:

AJUDA FEDERAL:

BR-11	23.000.000,00
BR-26	25.000.000,00
Outras estradas	21.500.000,00
Fundo Nacional de Pavimentação	15.000.000,00

ESTADUAL:

Taxa Rodoviária (cálculo na base da receita provável)	25.000.000,00
Adicional recuperável ..	25.000.000,00
	<hr/>
Total	134.500.000,00

Isto é, sete vêzes mais do que as verbas destinadas à C.E.R. no primeiro ano do meu Governo. E, além dessas importâncias, gastará o Governo Federal Cr\$ 10.000.000,00 com obras de acesso a jusante da cachoeira de Paulo Afonso.

O Fundo Rodoviário Nacional não aparece na relação citada, mas aparece o Fundo

Nacional de Pavimentação, com o qual não contei durante o meu Govêrno, pois só foi criado por lei de 27 de dezembro último, e para ser tirado dos ágios sôbre os combustíveis e lubrificantes líquidos e derivados do petróleo. Êsse Fundo dará a Alagoas mais do que o Fundo Rodoviário Nacional, pois êste ano, primeiro ano de govêrno do meu sucessor, já lhe garantirá provàvelmente mais de quinze milhões.

A única operação de crédito feita por mim para intensificar a execução do Plano Rodoviário foi o adiantamento, obtido do Banco do Brasil, das cotas do Fundo Rodoviário Nacional destinadas a Alagoas, no total de Cr\$ 200.000.000,00.

Se o futuro Govêrno achar insuficientes os Cr\$ 134.500.000,00 de que dispõe êste ano para obras rodoviárias, poderá pleitear também junto ao Banco do Brasil um adiantamento até de maior importância, dêsse novo Fundo. E então estará em condições de fazer muito mais do que eu fiz pelas estradas alagoanas.

As verbas no Orçamento da República de 1956 destinadas à BR-11 e à BR-26 podem ser tôdas elas recebidas sem que o meu sucessor precise mover uma palha, porque os serviços executados pelo meu Govêrno nessas estradas já são superiores àquele valor.

Tôdas as facilidades se abrem ao futuro Govêrno para trabalhar pelo nosso engrandecimento em setor tão importante. Tive, por exemplo, de importar asfalto do estrangeiro, enquanto hoje a Refinaria de Cubatão, em São Paulo, já produz asfalto para atender às necessidades do país.

A não ser umas poucas máquinas da C.E.R., que encontrei quebradas, nada possuíamos para construir estradas. E hoje a C.E.R. dispõe de equipamento razoável, não só para terraplanagem, mas também para pavimentação.

Quando fiz a primeira concorrência rodoviária, apenas uma firma se apresentou, pois Alagoas era, no Sul, sinônimo de intranqüillidade e insegurança, e ninguém queria arriscar-se a vir trabalhar aqui, nem muito menos contratar com o Govêrno do Estado. Dois anos depois, à nova concorrência que promovi se apresentaram seis das maiores firmas do Brasil, duas delas provavelmente as maiores, e uma da Inglaterra, cujo diretor veio diretamente de Londres a Maceió assistir à abertura das propostas.

Embaraços dessa ordem já não existirão para o futuro Govêrno, pois o bom nome de Alagoas a ninguém afastará para a cooperação pelo nosso futuro. Duas das melhores

firmas de construção rodoviária do Brasil — uma do Rio e outra de São Paulo — ainda se encontram com suas máquinas em nosso Estado. E poderão perfeitamente concluir e pavimentar em um ano a BR-11 Norte, por exemplo, financiando mesmo os trabalhos mediante a garantia do Fundo Nacional de Pavimentação.

Com as facilidades e os recursos de que dispõe, o Govêrno futuro poderá, de fato, não somente concluir a construção e pavimentar a BR-11 Norte, que abre a Alagoas novas perspectivas econômicas, mas ainda continuar a terraplenagem e a pavimentação da BR-11 Sul na direção do São Francisco.

Indispensável se torna, por outro lado, para o nosso desenvolvimento econômico, que se liguem à BR-26 e à BR-11 municípios como Viçosa, Arapiraca, Anadia, e outros. Para tanto já há, aliás, algumas verbas no orçamento da União dêste ano: Cr\$ 1.500.000,00 para Arapiraca, Cr\$ 2.000.000,00 para Viçosa, Cr\$ 1.000.000,00 para Limoeiro de Anadia, Cr\$ 1.000.000,00 para Capela, Cr\$ 1.000.000,00 para Colégio. E ainda Flecheiras, na BR-11, tem Cr\$ 1.500.000,00.

É preciso continuarmos a construir e pavimentar estradas, porque, do contrário, perderemos os auxílios federais, que nos serão

dados nesse setor de acôrdo com a nossa capacidade de executar. Pelos números aqui mencionados, vimos como, no caso das BR, aumentaram tais auxílios, e por iniciativa das próprias repartições encarregadas da elaboração do orçamento da República. Meu Govêrno convidou o Dr. Pedro Magalhães, técnico do DASP responsável pela elaboração do orçamento do D.N.E.R., a visitar Alagoas, e, tendo sido excelente a sua impressão sôbre o nosso esforço no setor rodoviário, aumentou êle consideravelmente as nossas verbas para 1954 e 1955.

Lutei, em Alagoas, contra a descrença no progresso e contra a mentalidade rotineira. Meu sucessor encontrará o Estado dominado por uma nova mentalidade, não constituindo as estradas asfaltadas um sonho que amedronta, mas uma realidade que se quer.

Durante o meu Govêrno, as nossas rodovias pavimentadas foram conservadas à custa do Estado. Agora, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem considerou devidamente o meu pedido de conservá-las à sua própria custa. O assunto depende da aprovação, pela Assembléia Legislativa, do projeto que lhe encaminhei no sentido de o Estado doar ao D.N.E.R. uma área de terreno no Tabuleiro do Martins, já, aliás, escolhida, a fim de aí ser

construída a Residência Rodoviária encarregada daquela conservação.

A arrecadação do Estado está em franco aumento. Quer isso dizer que, além do auxílio federal, o futuro Govêrno terá recursos locais maiores para construir e pavimentar estradas, pois a taxa rodoviária e o adicional recuperável, constantes do orçamento do Estado, se baseiam no giro comercial, que se tem sempre elevado.

Deixo a C.E.R. com dezenove engenheiros experientes e capazes, e com uma seção de pavimentação dirigida por engenheiro competente, que poderá pavimentar pelo menos um quilômetro por mês. Alegro-me, neste ponto, destacar os serviços prestados por êsses rapazes à causa do engrandecimento de Alagoas.

Ao contrário de quando assumi o Govêrno, Alagoas é hoje pioneira em matéria rodoviária. Aqui executamos todos os tipos de pavimentação, superintendidos os trabalhos por técnicos notáveis: concreto, na BR-11 Norte, à altura da Mata do Rôlo; base de macadame hidráulico, de Satuba a Salgado; base estabilizada, no trecho Aeroporto — Vila Messias, em Satuba e em Palmeira dos Índios; base de solo-cimento, em Vila Messias — Bititinga; e revestimento primário, da Chã do Pilar a Terra Nova.

Antes, os nossos engenheiros iam estudar pavimentação em São Paulo. Hoje, vêm engenheiros do Sul especializar-se aqui, como o Dr. Hilo Monteiro, da Associação Rodoviária Brasileira, que passou um mês em Palmeira dos Índios, e o Engenheiro João Aquino, que o D.N.E.R. mandou especializar-se em Alagoas antes de trabalhar em pavimentação asfáltica no Rio Grande do Norte.

Meus senhores:

Não é apenas no setor rodoviário, mas em todos os setores, que se apresenta excelente a situação de Alagoas, incomparavelmente superior à que encontrei em 31 de janeiro de 1951.

Do ponto de vista financeiro, recebi então o Estado com um orçamento de oitenta milhões de cruzeiros, dos quais setenta e seis milhões destinados ao funcionalismo, além de quarenta e dois milhões de dívida flutuante. E o Estado se achava a bem dizer parado, porque nos três anos anteriores arrecadara os mesmos oitenta milhões, sendo que em 1950 arrecadou menos que em 1949, conforme os quadros demonstrativos da Contadoria-Geral.

Para melhor apreciação da marcha ascensional da receita orçamentária do Estado, no

UMA EXPERIÊNCIA DE GOVÊRNO

qüinqüênio 1951-1956, apesar das sêcas, que nos afligiram em 1951, 1952 e 1953, aqui destaco o quadro fornecido pela Contadoria-Geral, com os números-índices, tendo como base (100) o ano de 1949:

Anos	Receita Orç. Cr\$	Núms.- Índ.
1949	84.255.224	100
1950	80.675.664	98
1951	103.742.558	123
1952	134.568.104	160
1953	143.853.053	171
1954	171.038.473	203
1955	231.056.946	274

Deixo Alagoas com possibilidade de arrecadar trezentos milhões de cruzeiros em 1956, pois, como se viu, as rendas públicas aumentam sensivelmente de ano para ano: em 1954, 171 milhões, e em 1955, 231 milhões. Um aumento, portanto, de sessenta milhões de cruzeiros, e num ano político como o de 1955. Mas, ainda que a arrecadação se fixe em trezentos milhões, o funcionalismo, com o novo aumento, dela absorverá 64%, restando 36% para a manutenção da máquina do Estado.

Se o futuro Govêrno quiser, na verdade, arrecadar e dar garantias aos homens da produção para trabalharem, as rendas públicas ainda mais se elevarão.

Contribuindo, no que me cabia, para a segurança da paz social, sem a qual não é possível trabalho que conduza a uma distribuição menos injusta, vejo hoje, através dos números e dos fatos, que há confortadoras compensações dos meus esforços, acentuadas e prolongadas pelas perspectivas magníficas do panorama econômico de Alagoas. Consciente de suas graves responsabilidades, meu Governo cooperou sempre com as classes produtoras, e não só diretamente, mas também através de realizações que apressassem o nosso desenvolvimento.

Sem dúvida, um impulso novo de trabalho aqui se operou nos últimos cinco anos, originado inclusive da ação conjugada dos diversos órgãos governamentais. Partindo do clima de segurança, do desarmamento dos espíritos, do chamamento indistinto de todos os alagoanos de boa vontade, êsse movimento se fêz sentir nos setores do fomento à produção agrícola, dos auxílios federais, do financiamento bancário, das isenções tributárias, da energia elétrica, de tantos outros meios de apoio e estímulo aos construtores da prosperidade coletiva.

As estatísticas dizem, com eloquência, do passo à frente que demos neste quinquênio

para a integração da vida econômica do Estado no ritmo das modernas conquistas do progresso e da civilização.

Aumenta a nossa produção agrícola. Enquanto a produção da cana-de-açúcar, base da nossa economia, decresceu, em geral, no Brasil, como mostra o quadro divulgado pelo SEP do Ministério da Agricultura, em Alagoas aumentou, constituindo nosso Estado, com a Bahia, uma exceção. Em 1950 produzimos 2.325.044 toneladas de cana-de-açúcar; em 1954 produzimos 2.710.010 toneladas; e em 1955 produziremos, calcula-se, 2.935.895 toneladas.

A produção do algodão, que era em 1950 de 15.983 toneladas, elevou-se a cerca de 20.000 em 1954.

O milho, que se fixava em 40 toneladas, chegou em 1954 a 66 toneladas, havendo até sido exportado para o exterior.

O fumo em fôlha, cuja produção era em 1950 de 2.585 toneladas, êste ano atingirá 5.437.

A produção de côco, que em 1951 era de 37.575.000 frutos e em 1953 alcançou 56.316.000 frutos, elevou-se em 1954 a 60.977.000.

E tudo isso apesar das longas estiagens que nos afligiram nestes anos, a começar de 1951.

Quanto à produção industrial, os dados estatísticos do I.A.A. acusam 1.583.964 sacos de açúcar produzidos na safra de 1949-1950. De acôrdo com a mesma fonte, já em 1954-55 a produção foi de 2.827.635 sacos. E a de 1955-56 está calculada em 3.300.000 sacos.

Na indústria têxtil, tivemos em 1950 a produção de 37 milhões de metros de tecidos de algodão, no valor de Cr\$ 202.058.218,00. E em 1954 a produção foi de 48.842.540, no valor de Cr\$ 439.603.803,00.

Pelos dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, o comércio exportador de cabotagem afirma também a nossa prosperidade. Em 1950 exportamos 143.895 toneladas, no valor de Cr\$ 619.444.000,00; em 1955, 157.418, no valor de Cr\$ 1.079.072.480,00.

Onde, porém, mais se acentua o progresso das nossas vendas é nos embarques diretos para os mercados consumidores do exterior, constituídos principalmente de açúcar, milho, mamona, etc. Abrindo o quinquênio com apenas 1.754 toneladas e Cr\$ 14.196.252,00, a exportação alagoana para além-mar culminou em 1953 com 55.144 toneladas, na importância de Cr\$ 108.150.924,00. O recorde, entretanto, estava reservado para 1955, em

cujo primeiro semestre a estatística já acusa cifras que cobrem os totais de qualquer dos anos do período em revista, ou seja, 87.208 toneladas, no valor de Cr\$ 320.609.094,00, com a seguinte distribuição dos principais produtos: açúcar, 68.626 toneladas, no valor de Cr\$ 268.107.156,00; milho, 18.258 toneladas, no valor de Cr\$ 50.710.532,00; mamona, 305 toneladas, no valor de Cr\$ 1.166.495,00; algodão, 20 toneladas, no valor de Cr\$ 586.200,00.

As exportações, por maiores que tenham sido, não ocasionaram aumento do custo da vida. Muito pelo contrário, as estatísticas do último quinquênio põem abaixo o velho e comentado recorde alagoano de carestia dos gêneros de primeira necessidade. O *Boletim Estatístico*, editado pelo Conselho Nacional de Estatística (de julho a setembro de 1955), estampa uma série de quadros que alinham as capitais de tôdas as unidades federadas do Brasil, num confronto dos respectivos números-índices de custo da vida. Tendo por base 1948 e armando-se comparações entre os extremos do período 1950-1954, vê-se que Maceió aparece com uma das menores elevações, no índice 135 a 217. Perdemos, apenas, para Boa Vista, Florianópolis e Pôrto Alegre. Ampliando o balanço ao meado de 1955, é ainda mais significativo o fato de Maceió estar, em compa-

ração com as outras capitais, com o mais baixo índice de elevação, depois de Teresina, ou seja, 135 a 240. Aliás, a monografia *Maceió*, editada recentemente pelo Conselho Nacional de Estatística, não deixou sem especial menção êsse importante pormenor da conjuntura econômica da metrópole alagoana. Lê-se-lhe à página 22: “Apesar do aumento do índice, Maceió está incluída entre as capitais onde menos se tem elevado o custo da vida.”

Meus senhores:

Se, no primeiro ano do meu Governo, eu já considerava Alagoas um São Paulo do Nordeste — hoje, com o conhecimento mais profundo da nossa realidade e diante da forma como o Estado respondeu ao nosso esforço de recuperação e construção, é ainda maior o meu otimismo quanto ao nosso destino.

A tarefa do futuro Governo está, realmente, sobremodo facilitada.

Encontrará êle, abertos, caminhos que encontrei fechados, erizada que foi a minha ação de embaraços já desaparecidos. Éramos, em 1951, um Estado cujo progresso parara havia vinte anos. Enquanto a Revolução de 30 foi para muitas das nossas províncias um

fator de desenvolvimento, pelos auxílios que receberam do Governo Federal, para nós foi uma fôrça de contenção, quase diria de estagnação. Durante vinte e um anos, tivemos apenas, que marcasse aqui o progresso — sem falar nas insignificantes verbas para combater as sêcas — o pôrto de Jaraguá, obra que, embora desde muitos anos paga pelo Estado, a União não se lembrava de construir; e só o fêz graças aos esforços do Governador Osman Loureiro, o qual, apesar de haver tido a sua ação duramente combatida, fechados sempre os Ministérios aos seus apelos, ainda pôde prestar a Alagoas reais serviços, entre êles o da prospecção das nossas terras em busca do petróleo. Continuávamos sendo, assim, em 1951, quase aquêles mesmos órfãos do Governo Federal, da imprecação de Costa Rêgo, com a agravante de que a atual distribuição de rendas, fixada pela Constituição da República, torna impossível a um Estado como Alagoas viver sem a ajuda da União.

A obtenção de auxílios substanciais do erário nacional não pode fugir, dêste modo, ao programa de trabalho dos homens públicos que administram Estados. E meu Govêrno jamais se descuidou do dever de reivindicar, insistentemente, os quinhões que, sem um critério distributivo iníquo, não mais nos

poderiam ser sonegados. Não foi improfícuo o constante empenho que manifestei no sentido da reabilitação dêsse direito. Aí se acham os seus resultados incontestáveis revelados nos estudos, planos e empreendimentos que penetram todos os ângulos da vida administrativa, social, econômica e cultural do Estado.

Para conseguir quanto consegui, procurei revestir o meu Govêrno da necessária autoridade, também junto aos órgãos da administração federal, autoridade que sòmente se adquire, no trato dos interêsses coletivos, se o Poder Público não se deixa perder nas estêreis lutas de campanário e, ao contrário, indifferente às assuadas, procura atender aos anseios populares e alça-se ao plano das realizações em profundidade. O que de animador oferece o confronto das dotações federais para Alagoas em 1951 e 1956 espelha o crédito auferido por uma época de trabalho ininterrupto e proveitoso, com a produtiva aplicação dos recursos conseguidos. Um qüinqüênio de govêrno destruiu os complexos de descrença e cepticismo que dominavam o espírito do povo alagoano, retirando-nos da humilhante e atrofiadora situação de desprotegidos da administração nacional. Ante tal quadro, cumpre ao futuro Govêrno — frisemos — assumir a grave responsabilidade de, pelo menos, manter

êsse crescente grau de prestígio e confiança a que se elevou Alagoas durante a etapa administrativa que ora se encerra.

A ajuda orçamentária federal a Alagoas, consignada na lei de meios para 1951, primeiro ano do meu Govêrno, totalizou-se em Cr\$ 73.632.029,00. Durante o quinquênio 1951/55, foram aumentadas dotações, de exercício em exercício. E, afinal, ao meu sucessor transmito uma situação muito diversa: as verbas da União destinadas ao nosso Estado, referentes ao ano em curso, somam Cr\$ 382.773.266,00, importância que, acrescida da verba destinada às obras de construção da nova Escola de Aprendizes Marinheiros de Alagoas, no total de Cr\$ 24.000.000,00, se elevará a Cr\$. 406.773.266,00. Ainda que muitas dessas verbas sejam empregadas no Estado diretamente pelo Govêrno Federal, lucra com isso Alagoas, pois, além de contribuírem para o nosso progresso, movimentam a nossa vida.

As dotações concedidas através do Ministério da Viação e Obras Públicas têm sido as mais vultosas, justamente pela importância das respectivas obras no desenvolvimento econômico do Estado. E é nessa cota que se apura a maior elevação. Projetou-se de apenas Cr\$ 27.000.000,00 em 1951 para Cr\$.

208.894.000,00 em 1956, numa diferença para mais de Cr\$ 181.894.000,00.

Descendo aos pormenores, verifica-se ainda que a consignação para rodovias no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que não existia para Alagoas em 1951, se eleva em 1956 a Cr\$ 82.500.000,00.

A de estradas de ferro cresceu de 21 a 35 milhões: Cr\$ 20.000.000,00 para estudos e projetos, inclusive da ferrovia de penetração sertaneja Palmeira dos Índios—Delmiro Gouveia, e Cr\$ 15.000.000,00 para as obras de ligação Palmeira—Colégio e despesas com abastecimento de água à estação e cidade de Arapiraca.

Mais chocante, contudo, é o que se refere às obras contra as sêcas, para as quais nada foi consignado no orçamento de 1951, enquanto nesse mesmo ano a Sergipe foi destinada a importância de Cr\$ 55.500.000,00. Em 1956, temos Cr\$ 62.500.000,00 para construção de açudes, abastecimento de água urbano e rodovias em Palmeira dos Índios e outros municípios do sertão alagoano.

Segue-se a verba da Comissão do Vale do Rio São Francisco, a qual, sendo de Cr\$. . . . 12.398.929,00 em 1951, é de Cr\$ 72.500.000,00 no orçamento de 1956. Uma das mais importantes dotações neste capítulo (Cr\$ 18.000.000,00)

é a que se reserva aos serviços básicos de saneamento e urbanismo, em nove cidades alagoanas, serviços que nada obtiveram em 1951.

As verbas para educação e saúde elevaram-se de Cr\$ 13.162.600,00 para Cr\$ 62.780.820,00. Entre outras dotações para 1956, que não se vêem no orçamento de 1951, destacam-se as do Fundo Nacional de Ensino Médio (cooperação financeira com entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino médio e profissional, para prosseguimento de obras), na importância de Cr\$ 3.700.000,00; incremento e aperfeiçoamento do ensino industrial, Cr\$ 500.000,00; acôrdo com estabelecimentos de ensino superior para manutenção e construção de obras, Cr\$ 4.500.000,00; instalação e elaboração de projetos de abastecimento de água em pequenas cidades, em cooperação com os Estados e Municípios, Cr\$ 2.000.000,00; manutenção de restaurantes destinados a estudantes, Cr\$ 200.000,00.

No orçamento do Ministério da Agricultura, a diferença entre os Cr\$ 19.370.000,00 em 1951 e os 31.699.446,00 em 1956 é proveniente, inclusive, das dotações para instalação e manutenção do Entreposto de Pesca em Maceió (Cr\$ 1.000.000,00); de uma Granja Modelo em São Miguel dos Campos (Cr\$ 1.000.000,00); do

centro e escola de arados e tratores em Palmeira dos Índios e no Aprendizado Agrícola de Satuba (Cr\$ 1.360.000,00).

Nada constou no Ministério da Aeronáutica, em 1951, para o Estado de Alagoas. No orçamento de 1956, porém, o nosso Estado foi contemplado nesse Ministério com Cr\$. 3.090.000,00 para construção e melhoria de campos de pouso em 17 municípios.

A verba do Ministério da Marinha destinada a "Prosseguimento e conclusão das obras" em 1956 inclui nova dotação para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Alagoas, em construção no Pontal da Barra. Embora tal dotação não esteja declarada, englobando-se na verba de Cr\$ 200.000.000,00 para as obras de todo o país, estou informado de que à nossa terra se destinarão possivelmente êste ano Cr\$ 24.000.000,00 para prosseguimento da construção da nova Escola de Aprendizes de Marinheiros de Alagoas.

*

Ao ver reunidos aqui tantos brasileiros responsáveis, vindos das regiões mais diversas para uma região cheia de problemas de tôda ordem, minha sensibilidade de nordes-

tino não me permite senão falar-vos, meus senhores, das nossas aflições e dos nossos esforços para reduzir tão agudos sofrimentos. Foram êles que me impulsionaram a largar vinte e um anos de Rio de Janeiro para disputar o Govêrno do Estado em época sobremodo tempestuosa da vida alagoana. E foram êles que me alentaram e me estimularam para enfrentar resolutamente os obstáculos que se me depararam ao cuidar de resolver os problemas do povo.

Quando me dispus a construir esta estrada, não contava com recursos financeiros, porém ela era tão indispensável à restauração de Alagoas — atormentada pela violência dos governos tanto quanto pela violência das necessidades — que não titubeei em me lançar, inflexível, ao empreendimento.

A ausência de uma boa via de comunicação entre Maceió e Palmeira dos Índios criava, realmente, um entrave intransponível ao nosso engrandecimento e mais acentuava o estado de pobreza do povo alagoano.

Ao iniciar-se meu Govêrno, em janeiro de 1951, era ainda a estrada de ferro o transporte mais seguro para quem desejasse ir de Palmeira à Capital. Durava a viagem normal de 6 a 7 horas. O horário de partida dos trens

de passageiros — 3 1/2 da madrugada — determinando em geral a vigília de tôda uma noite, e a morosidade da viagem, a bem dizer indispunham o viajante contra qualquer atividade durante o resto do dia. Enquanto isso, utilizando-se já hoje a estrada que acabamos de inaugurar, a viagem pode ser feita por ônibus, no verão como no inverno, em duas horas, e em automóvel ainda em menor tempo.

O transporte de mercadorias para Maceió, via Atalaia, em pleno estio, exigia de um caminhão o dia inteiro, e, na época chuvosa, utilizando-se outras ligações, porque a de Atalaia se tornava intransitável, não tinha tempo de duração fixado. Considerava-se então perfeitamente normal levasse o caminhão uma semana para ir e voltar de Maceió a Palmeira dos Índios, necessitando, ainda, além do chofer, de dois ou mais ajudantes para resolverem os problemas das paradas forçadas pelo mau estado da rodovia. E mesmo assim era preciso não recebesse o veículo a carga correspondente à sua capacidade para que seu motor melhor vencesse os atoleiros.

Hoje, um caminhão pode em pleno inverno, descontando o tempo gasto com carga e descarga, fazer duas vêzes por dia a viagem de ida e volta a Palmeira dos Índios, e trans-

portando, ademais, carga superior à fixada para a sua capacidade.

Em resumo: se no verão de 1951 um caminhão, de capacidade média de seis toneladas, transportava, em doze viagens por mês de Maceió a Palmeira e de Palmeira a Maceió, 144 toneladas, hoje transporta, em igual período de tempo, 672 toneladas, ou seja, mais 528 toneladas por mês, o que equivale a 466% de aumento da produção do veículo. No inverno, o caminhão transportava, em 1951, 48 toneladas em um mês, com um chofer e dois ou mais ajudantes, enquanto agora, em 1956, sua capacidade de carga aumenta de 424 toneladas, isto é, 1.400% a mais. Vale citar números:

EM 1950

5 meses de chuva:	
4 viagens de ida e volta Palmeira—Maceió, por mês, a capacidade normal simples reduzida de 10% para segurança da viagem	43 t.
7 meses de verão:	
12 viagens de ida e volta, por mês, com capacidade normal simples sem redução	1.008 t.
	<hr/>
Total durante o ano	1.051 t.
Total das viagens de ida e volta	104

EM 1956

(igual tonelagem, no verão como no inverno)

5 meses de chuvas:

48 viagens de ida e volta Palmeira—Maceió, por mês, com capacidade normal de 6 tone- ladas, acrescida para 7 dentro das bases técnicas de permissão	3.360 t.
--	----------

7 meses de verão:

48 viagens de ida e volta, por mês, com a mesma capacidade	4.704 t.
---	----------

Total durante o ano	8.064 t.
---------------------------	----------

Total das viagens de ida e volta	576
--	-----

Sendo a diferença entre a carga transportada em 1951 e a carga que hoje um caminhão pode, em um ano, transportar, de 7.013 toneladas a mais, ou melhor, 667% de aumento de produção do veículo, e sabendo-se que o preço do frete é de Cr\$ 0,20 por quilo, verifica-se que o caminhão teve seu rendimento aumentado de Cr\$ 1.400.600,00.

Por outro lado, em virtude da pavimentação rodoviária, os fretes em Alagoas se mantiveram baixos e inalterados, embora se houvessem elevado as tarifas ferroviárias, marítimas e aéreas, e aumentado até em 500% os preços dos veículos, da gasolina, dos lubrificantes, das peças de substituição, dos re-

paros de oficinas, serviços de conservação e salários no setor de transportes e cargas. Em 1951/52, o transporte Palmeira dos Índios — Maceió do feijão, do milho, da farinha de mandioca, das frutas e de qualquer produto rural custava Cr\$ 0,20 por quilo, como ainda hoje. O mesmo se verifica com o fardo de charque de cem quilos, o saco de farinha de trigo de cinqüenta quilos e a meia barrica de bacalhau de trinta e sete quilos vendidos de Maceió para o interior, cujos fretes são hoje, como em 1951, respectivamente de Cr\$ 20,00, Cr\$ 10,00 e Cr\$ 7,40.

Cumprê acentuar que, se os produtos mencionados fôsem levados ao Recife, pagariam de frete por quilo Cr\$ 1,00 em vez de Cr\$ 0,20. Quanto ao charque, farinha de trigo e bacalhau vindos do Recife para Palmeira dos Índios, pagariam, respectivamente, Cr\$ 100,00, Cr\$ 50,00 e Cr\$ 37,00. Vê-se, portanto, que hoje o frete entre Maceió e Palmeira é de 500% menos do que o frete entre Recife e Palmeira. E a diferença ainda é maior se se trata de pequena quantidade de carga, pois que são estas, como as grandes, transportadas pelo mesmo preço pela estrada pavimentada, enquanto seu frete, em estradas de bairro ou saibro, se eleva mais que o das grandes quantidades.

Meus senhores:

Domingo passado, inaugurou-se em Maceió a subestação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com que se inicia um novo ciclo na história econômica de Alagoas, ciclo em que se abandonam as soluções locais, imediatas e precárias, para nos integrarmos no âmbito de um sistema regional de eletrificação, cuja importância tem poucos paralelos na história da técnica mundial. Se com êste fato auspicioso abrimos as portas à industrialização de Alagoas, que, com a estrada asfaltada, resolvido o problema das comunicações, se integra numa fase de verdadeiro renascimento, outro problema, gravíssimo, nos asfixia, e, num contínuo desafio aos homens públicos brasileiros, clama por solução, sem o que, aliás, não se alcançarão melhores resultados daqueles grandes empreendimentos. Refiro-me à seca, que nos atingiu em 1951, 1952 e 1953, e que volta agora a flagelar-nos.

Durante tôda minha vida, e principalmente agora, no exercício do mandato de governador, muito me comoveram as agruras da gente sertaneja, castigada quase permanentemente pela ausência das chuvas, que a empobrece, roubando-lhe o estímulo, as safras, o gado, a vida.

Parece incrível que, durante tantos e tantos anos, venha o caudal do velho São Francisco em sua marcha dentro do próprio sertão nordestino para as imensidões atlânticas sem que possamos contê-lo e utilizá-lo para sequer matar a sede de habitantes de terras excelentes, necessitadas apenas do milagre da gôta de água, a julgar pelo prodigioso exemplo da terra de Delmiro Gouveia.

O sofrimento do sertão, secular, certamente não findará com as soluções de emergência, apenas para as fases de crises mais agudas. Indispensável se torna um planejamento para a execução de obras capazes de assegurar a recuperação do Nordeste. E, falando assim, penso no aproveitamento mais rápido possível das águas do rio para fins não apenas industriais, mas agrícolas e humanos. Penso em barragens, canais, adutoras, em condições de levar a todos os municípios a água rica e salvadora, que irrigará as terras, fazendo brotar riquezas, que só a terra pode dar, e acabando com o fantasma da sêca, aniquiladora de homens e animais.

Esta mesma cidade, até onde tive a felicidade de trazer uma estrada asfaltada de cento e trinta e seis quilômetros, passa sede hoje: quase não tem água sequer para beber.

Está a cêrca de duzentos quilômetros de Paulo Afonso e bem poderia receber a água do São Francisco.

No Govêrno e, dentro de 48 horas, fora dêle, terei os problemas do sertão numa agenda especial. Empenhar-me-ei no sentido de os podêres públicos federais olharem para o sertão alagoano como terra igualmente vítima das longas estiagens, pois até há pouco julgavam êles que não sofríamos o tormento da sêca, e ajudarem-nos melhor a resolver problema tão cruciante e que só mesmo a União pode solucionar.

Meus senhores:

Ante o atraso por mim encontrado em Alagoas, minha ação se orientou também no sentido de estimular atividades novas, propuloras de riquezas, de progresso, de futuro. Conhecendo a realidade do meio, na equação dos meus planos administrativos volvi minha atenção para a necessidade imperiosa de renovação dos métodos de amanho dos campos, não só pela utilização das modernas técnicas, mas, principalmente, pela conquista da experiência de povos há milênios dedicados à agricultura. Pretendi, por isso, trazer para Ala-

goas velhas civilizações agrárias da Europa, gente por gerações e gerações entregue a cuidar e amar a terra, extraíndo dela o pão de cada dia, a riqueza equilibrada, que, se não faz milionários, faz com que se propaguem, pelo trabalho cotidiano, os exemplos de povos que têm contribuído para a grandeza e o progresso da humanidade.

Associando à idéia a ação, procurei entendimentos com os técnicos do Conselho Nacional de Imigração e com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, a fim de que fôsse Alagoas escolhida para local de uma das colônias do Plano Nacional de Colonização. Foi um embate, o que travei, sobretudo de tenacidade; e dêle Alagoas saiu com duas colônias, as quais, se ainda não estão produzindo os resultados programados, porque não se trata de obra de improviso e de realização imediata, dentro de pouco tempo estarão impulsionando a riqueza alagoana e, especialmente, dando ao nosso bravo homem do interior uma lição viva de quanto pode produzir a terra quando bem cuidada, quando tratada com carinho e experiência.

Dois estabelecimentos coloniais se instalam em Alagoas. A Colônia Pindorama, nos tabuleiros de Cururipe, é hoje um centro de

intensa atividade. Constroem-se, ali, estradas, carpintarias, olarias, pontes; efetuam-se experiências pedológicas para conhecimento das possibilidades dos terrenos; faz-se experimentação da produtividade de terras outrora consideradas pobres; e, sobretudo, realizam ali os técnicos uma experiência social magnífica de aproveitamento do homem, chegando-se à conclusão de que o nosso caboclo, com enorme capacidade produtiva e com um nível de inteligência superior, torna desnecessário o recurso ao imigrante, faltando-lhe apenas justiça, ajustamento às condições de trabalho e vida, para integrá-lo como elemento mais útil. Tal tem sido o efeito dessa observação que se alteram planos no sentido de aumentar a percentagem entre as famílias de nacionais e o número previsto para as de imigrantes europeus. Brevemente a comunidade de Pindorama, onde labutarão nos campos mais de trezentas famílias, estará oferecendo uma lição viva de que a terra é ainda o melhor tesouro, a maior fonte de riqueza do país.

O outro núcleo de colonização resultou da insuficiência sempre crescente dos gêneros de primeira necessidade para o suprimento da população da Capital, principalmente daqueles elementos de enorme exigência dietética,

como são as verduras, as frutas e o leite. Daí meu Govêro ter sentido a necessidade, a exemplo do que se vem fazendo nas grandes metrôpoles, de tratar do abastecimento imediato e a menor preço dêsse gêneros de consumo forçado. Meu Govêro, tendo visto sempre com côres realísticas êsse problema, cuidou com energia do assunto, conseguindo o interêsse dos técnicos e fazendo doação de terras improdutivas, nas proximidades de Maceió, para instalação, no Nordeste, da primeira colônia tipo cinturão-verde para abastecimento da Capital. Ao deixar a direção dos negócios do Estado, posso dizer aos alagoanos que em futuro próximo poderá Maceió estar consumindo verduras, frutas e laticínios da melhor qualidade, a preço baixo.

Reconheceu, como se vê, o meu Govêro a importância dos problemas intimamente ligados ao barateamento da vida. Não basta, para isso, fomentar e defender a produção agropecuária pelos processos mais normais, como distribuição de sementes, facilidade de crédito, combate às doenças e pragas, empréstimo ou venda de material, assistência técnica. Além dos transportes, que devem ser entrosados em tudo isso, além da instalação de uma rede de silos, faz-se preciso que o Poder Pú-

blico dê a indispensável segurança aos que trabalham e produzem.

Tudo tenho, pois, movimentado em favor do bem-estar do povo, ao qual procurei, procuro e procurarei servir, sempre e cada vez mais, hoje, no Govêrno, e amanhã, fora dêle.

Eis porque deixo, feliz, Alagoas, onde realizei rigorosamente aquêles anseios manifestados pelo povo na campanha de 1950. Além da liberdade e da paz, que assegurei, o meu Govêrno, com o surto de progresso que nos impulsiona e com o prestígio que hoje cerca lá fora o nosso nome, deu garantias de bem-estar e de melhor futuro ao povo alagoano. Entrego, assim, o Estado em condições de responder ao momento histórico que vivemos com o início da utilização aqui da energia de Paulo Afonso.

Na solenidade com que se festejou domingo passado êsse acontecimento memorável, eu tive o ensejo de conclamar os brasileiros a juntarem aos nossos os seus esforços pelo engrandecimento de Alagoas e do Nordeste.

Aqui estão filhos de São Paulo, do Rio e de vários Estados, e a êles renovo nesta oportunidade o meu apêlo, ao mesmo tempo que lhes dirijo as minhas calorosas saudações e os melhores agradecimentos por terem aceito o

meu convite para prestigiarem com as suas presenças estas inaugurações.

Não se pode considerar sadio um organismo se algum de seus membros se desenvolve em desproporção excepcional e crescente com os demais. A grandeza do Brasil há de ser baseada, por certo, no progresso de tôdas as suas regiões.

Alagoas assim o compreende, e não esmorece no seu afã de vencer os óbices que se antepõem ao seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que contribui, com o aumento de sua produção, para a prosperidade nacional. Aqui, neste Nordeste ressequido, em que parece que tudo se faz para medir a capacidade de sofrimento do homem, a luta é por demais áspera. Não nos alenta, entretanto, nesta batalha, apenas o amor à nossa região, mas também os deveres para com o Brasil. O espírito que nos fortalecia no século XVII, quando nos livramos do invasor pelas nossas próprias mãos, é o mesmo que nos domina para a solução dos problemas que nos afligem. E o nosso pensamento e a nossa sensibilidade não se limitam às nossas fronteiras, porque se dirigem a todo o país, sentindo e sofrendo também as dificuldades e as dores dos demais Estados. Con vencidos, sobretudo, de que, lutando pelo

progresso do Nordeste, lutamos pelo Brasil, pois asseguramos a própria unidade nacional, com esta convicção desempenhamos a nossa tarefa, tranqüilos de consciência, cheios de entusiasmo e determinação, imbuídos daquele mesmo espírito dos belos versos de Vigny:

*Fais inlassablement ta longue et rude tâche
Dans la voie où le sort a voulu t'appeler.*

AO FIM
DO
GOVÉRNO

Discurso pronunciado a
31 de janeiro de 1956.

Povo alagoano:

NUMEROSAS foram as ocasiões, nestes cinco anos, em que vos falei como vosso mandatário, preocupado sempre em que acompanhásseis *pari-passu* a minha ação de govêrno, tôda ela orientada no sentido dos vossos interêsses.

Hoje, ao findar a dura tarefa de que me incumbistes, venho fazer-vos, pela última vez, uma prestação de contas, já agora abrangendo todo o período de meu mandato, e, ao mesmo tempo, expor-vos a situação em que deixo a nossa terra.

Devo de antemão declarar-vos, com a segurança de quem de todo se devotou ao vosso serviço, que cumpri a missão que me confias-tes, e nisso empreguei todo o meu tempo e tôdas as minhas fôrças. Por mais perturbadoras que se fizessem as intempéries, por mais surpreendentes e intensas as refregas, não desanimei, não perdi o rumo nem a serenidade: fui sempre fiel aos propósitos do movimento popular de 1950 e à minha palavra de candidato, de tal modo que hoje insisto em repetir, sem qualquer constrangimento, e

antes com orgulho, tudo quanto naquele tempo disse como intérprete dos vossos sentimentos. Aqui instaurei um ambiente de ampla liberdade e tranqüilidade. E trabalhei, trabalhei sem desfalecimento, noite e dia, até ontem, até hoje, com o ímpeto de quem quisesse recobrar o tempo perdido pelo passado indiferente aos sofrimentos do povo.

Não cuidamos, meus companheiros e eu, apenas de garantir a tranqüilidade e a liberdade. O povo necessita de liberdade, mas compreendemos, evidentemente, que não lhe basta a simples liberdade formal. Cuidamos então de assegurar-lhe o bem-estar, pela prosperidade do Estado. Lançando-nos à solução de velhos problemas, tivemos de enfrentar a tôda hora obstáculos sem conta, pequenos e imensos, promanados, inclusive, da brusca transição que Alagoas experimentou com a mudança de métodos de govêrno, e das reações da rotina à renovação e ao progresso por que nos batíamos, em clima eminentemente democrático.

Encontrei aqui uma tirania ainda maior do que a exercida pelo meu antecessor, tirania expressa na opinião generalizada de que o Govêrno, para ser forte, precisava ser violento — o que facilitava o arbítrio e o desmando.

Lutei contra ela, obstinando-me em afirmar o prestígio do Poder Público não pelas armas e pelo medo, mas pelo esclarecimento e pelo trabalho em favor do interêsse coletivo. O Govêrno que se dedica ao povo, certamente lhe obtém o apoio espontâneo, a cooperação consentida, e não imposta. Se êle funda a sua autoridade no bem comum, as fôrças de resistência à sua ação, por mais exacerbadas que sejam pelo ódio e pela inveja, terminam reduzidas e ineficazes, sem acústica para as suas pregações, abafadas na indiferença da comunidade. Só os governos incapazes e maus, dominados pelo receio do descontentamento popular, necessitam recorrer a meios violentos a fim de se manterem.

Tenho consciência de que pratiquei em Alagoas a verdadeira democracia, que é o povo governando-se por si mesmo. Nunca apareci para oprimir, e a impressão que se teria, no decorrer do meu período administrativo, seria a da ausência do Govêrno, se êste houvesse necessariamente de destacar-se apenas pelas exhibições de fôrça material. Agindo sempre pela persuasão, não criei, no exercício do meu mandato, correntes subterrâneas de revolta. E as paixões que despertei, injustas, não se enraízam em atos que eu haja cometido contra ninguém, porque a ninguém fiz mal.

Fui até criticado por ter garantido ampla liberdade. Mas essas críticas em nada me impressionaram. Dei liberdade porque nos comícios de 1950 prometi ao povo dar liberdade, e não prometi para enganar e faltar. Dei liberdade porque, fiel a mim mesmo, jamais admitiria vir governar meu Estado para escravizar meus conterrâneos. E foi exatamente êste clima de liberdade, reconhecamos, que me permitiu executar a obra de govêrno que aí está, pois, do contrário, o meu tempo seria pouco para as lutas estéreis, e as questiúnculas, e as intrigas, e as tricas e futricas, terminariam impedindo a construção ou reduzindo-lhe muito as proporções.

Pregando sinceramente a paz, e cõscio da minha responsabilidade, nunca pratiquei excessos de poder, mesmo em face dos excessos oposicionistas. As exacerbações dos meus inimigos, todos êles como tal constituídos por vontade própria, eu respondia com a indiferença; e essa atitude, consciente e conseqüente, os surpreendeu e desconcertou pela novidade que representava para o meio, onde os governos não só costumavam repelir com extrema rudeza quaisquer ataques, mas até tomavam a iniciativa de os dirigir, ameaçadores e furi-bundos, aos que se lhes opunham. A arma dos

meus opositores era o insulto; a minha, a paciência. Fui sempre paciente, considerando que “no que concerne às coisas humanas não devemos rir nem chorar, nem nos indignar, mas compreender”. Algo houve, todavia, de proveitoso na ação que contra mim desenvolveram os meus adversários, nas dificuldades que me criaram como nas palavras que pronunciaram para ferir-me. Eu quase poderia dizer que contei também com a cooperação dêles, pois o seu negativismo ainda mais realçou o sentido construtivo e as realizações do meu Govêrno, tanto quanto as suas iniqüidades, emprestando-me ademais a condição de vítima, que eu timbrei sempre em não lhes conferir, contribuíram para ampliar a área de boa vontade e aprêço com que hoje me distinguem os alagoanos.

Alegra-me confessar, nesta hora, que sou um homem profundamente feliz. Eu estaria desesperado se houvesse faltado às esperanças e à confiança do povo. Mas quem, como eu, tem a consciência do dever cumprido, está forte para resistir sempre a tôdas as injustiças, a quaisquer ingratidões, e sente-se bem disposto a prosseguir, com o objetivo de servir à sua terra.

Deixo o Govêrno sem ressentimentos nem ódios. Das ásperas lutas que aqui travei, levo

a convicção de que devemos promover intensa campanha a fim de elevar o nosso nível de educação política, criando-se um ambiente mais arejado e saudável para as contendas da vida pública, de forma que dela não se afastem os homens de bem, naturalmente temerosos de medir fôrças com contendores que utilizam meios de combate incompatíveis com a dignidade; ambiente dentro do qual se respeite mais o patrimônio moral do adversário e se procure conquistar o povo não com enganos, mas com a verdade. Coube-me uma tarefa pedagógica: mostrar aos alagoanos que o Govêrno é tanto mais forte quanto mais possa suportar a crítica apaixonada. Nenhum governante em Alagoas foi mais atacado do que eu; mas as agressões não me enfraqueceram nem me impediram de trabalhar. O homem de govêrno precisa mesmo defrontar-se com fôrças de resistênciã para mais seguramente atuar pelo bem comum. Elas lhe dão melhor o sentido do humano; impedem que, nas alturas do poder, êle suba aos céus, se divinize, perca o contato com a realidade; ampliam-lhe e aprofundam-lhe, essas fôrças, a visão, e o defendem até contra si mesmo, contra as suas ilusões, contra as miragens que se originam do relêvo dos cargos. Mas isso não quer dizer que os abusos da opposição con-

tra o poder sejam menos condenáveis que os abusos do mesmo poder.

Maior prova não poderia eu ter tido da invulnerabilidade moral do meu Govêrno, do seu prestígio, do que haver-me submetido, tranqüilo, durante cinco anos, às críticas mais virulentas e às acusações mais infundadas, e sempre alvo da estima e simpatia do povo. Meus atos falaram mais alto para o povo do que as palavras apaixonadas dos meus adversários. A prova foi sobremodo rude, mas Deus me permitiu que a vencesse sem trair meu passado democrático e sem me trair a mim mesmo. Deixo o poder convencido de que dêle saio mais forte do que para êle entrei, pois, se antes merecia a confiança do povo pelas esperanças que lhe acendi, hoje, graças à minha ação no Govêrno, não a mereço menos, nem menos esperanças desperto pelo que fiz e pelo que pretendo fazer ainda por Alagoas.

Fui sem dúvida tolerante, mas nunca me faltou firmeza para não me afastar do objetivo colimado. Não prestei aos meus adversários a homenagem de desviar-me da linha de orientação que me tracei, de modificar meus planos de ação ante a fúria das suas provocações e desvarios.

Não neguei o programa do meu partido. Nestes cinco anos pude certamente realizar o

que pregamos nas campanhas de 1945 e 1950. Honra-me que os resultados dos esforços do meu Governo não tenham decepcionado nem prejudicado, e sim beneficiado o povo e os meus correligionários. Servi a minha terra servindo e engrandecendo, ao mesmo tempo, o meu partido, que hoje se apresenta muito mais forte do que quando ascendi ao poder. Se em 1950 fizemos com a nossa legenda três deputados federais, um dêles eu próprio, e nove estaduais, em 1954 e 1955, sob o meu Governo, elegemos dois senadores, cinco deputados federais, dezesseis estaduais, trinta e cinco prefeitos, dos quais cinco em coligação, e a quase totalidade da maioria das Câmaras de Vereadores, constituindo-nos, assim, no maior partido do Estado.

E não fiz governo de pessoas, de grupos, de facções. Defrontando uma oposição sistemática e extremamente facciosa, fui sempre, ao contrário, impessoal, interessado, acima de tudo, no bem comum.

Descontentei. Mas quem no exercício do Governo não descontenta? Fiz governo de consciência e de justiça. Aquêles que se chocaram com tal conduta hão de terminar convindo em que apenas cumpri o meu dever, pois o Governo não é propriedade de ninguém, nem

de pessoas nem de partidos: é de todos, é da comunidade. E, assim agindo, honrei, ademais, minha palavra. Não me saem da memória as palmas calorosas e demoradas com que fui aplaudido na convenção do meu partido, a 30 de agôsto de 1950, quando disse que, se eleito, seria “o governador de todos os alagoanos”. E fui realmente o governador de todos os alagoanos, a todos beneficiando com a minha atuação.

Estranhou-se que eu houvesse aceitado o apoio de elementos heterogêneos, muitos dêles desligados das campanhas eleitorais que empreendêramos. Vale, no entanto, fixar que só mesmo quem tem a responsabilidade do Govêrno é que pode medir suas limitações e suas necessidades. Vale fixar que não é possível, evidentemente, escolher operários pela côr dos seus cabelos, para demolir ou fazer uma construção, porque o de que se precisa é de energias. Vale fixar que numa casa não é necessária apenas a sala de visitas, ampla, iluminadá e arejada, porque os cômodos menores e os próprios desvãos sombrios têm sua utilidade. A desigualdade faz a unidade, já lembrou Vieira citando o exemplo das estrêlas, que, na infindável desproporção de umas para outras, compõem a maravilhosa harmonia celeste.

Mereceria eu tais críticas se não houvesse cumprido a minha missão, que não foi, afinal, a de vencer eleições à custa de barão e cutelo, mas a de instaurar em nossa terra um regime de liberdade, paz e progresso, e êste aí está.

As mágoas que não pude evitar são muito pequenas diante da obra realizada, e afloram apenas porque o meu Governo não se marcou por atitudes de violência e arbítrio que ferissem mais fundo, magoassem mais. Os possíveis arranhões, de tão leves, não chegaram a deixar vestígios, e, se são sentidos agora, um pouco tardiamente, aliás, é porque na realidade não houve lesões que registrar.

Se errei, foi na boa intenção de acertar. Cumpre, todavia, acentuar que os governantes cometem erros também pelo imperativo das circunstâncias e muitas vêzes evitando mal maior.

Nunca faltei à verdade. Meus atos confirmaram sempre as minhas palavras. Meu Governo atuou invariavelmente dentro dos ideais democráticos por mim pregados nas campanhas eleitorais. Fui sempre eu próprio, nas minhas palavras como nas minhas ações, e honra-me sobremodo haver interpretado os sentimentos alagoanos sem me negar, antes

pelo contrário, confirmando-me em todos os momentos, fáceis ou difíceis.

Deixo o poder com os mesmos sentimentos que me animavam quando o assumi. Nestes cinco anos não passei um dia sem ter a minha sensibilidade tocada pelas alegrias e pelas tristezas do povo, suas esperanças e suas desilusões, suas angústias e seus contentamentos. E hoje, depois dessa longa e árdua caminhada, não penso menos na fome dos miseráveis, na dor dos desgraçados, nas dificuldades dos necessitados. Dentro do círculo das minhas atribuições, fiz o que pude para melhorar-lhes as condições de vida e assegurar-lhes novas oportunidades de bem-estar. O problema, porém, não é de govêrno, mas do regime atual, que, vencido pelas próprias contradições, insiste ainda, nos seus últimos arrancos de sobrevivência, em manter injustiças e privilégios que aprofundam e tornam mais clamantes as desigualdades sociais.

Houve, sempre, nestes cinco anos, a mais viva cordialidade, a melhor intimidade entre o povo e o Govêrno. O povo estêve neste Palácio, ou onde quer que eu me achasse, durante o período de meu mandato. Senti-lhe a presença em todos os meus atos, e foi nisto que mais se firmou a minha fôrça.

Fui, no poder, o que sempre fui e me honro de continuar a ser: um homem do povo, um homem humano, um homem comum que trata os seus semelhantes, ainda os mais modestos, como camaradas e amigos. Governador, nunca deixei de apertar a mão dos esfarapados, de abraçar os humildes de pés no chão, de confortar os infelizes, conviver com os pobres e os aflitos. E não apenas em Palácio: visitava-os constantemente em suas próprias casas, para mostrar-lhes que o Governo era dêles também.

Prestigiei o trabalhador sem pretender destruir o patrão, pois no bom entendimento entre o trabalho e o capital está, dentro do nosso regime, o interêsse de ambos. Não houve nenhuma agitação social no decorrer do meu Governo; e, quando os operários da Nordeste pleitearam, por mais de uma vez, elevação de salários, tiveram em mim um advogado pertinaz junto à alta direção da Companhia, e foram atendidos. As classes produtoras sempre mereceram de mim todo o acatamento.

Não cuidei apenas de fazer o bem, mas procurei sempre evitar e neutralizar o mal, prevenindo acontecimentos e reduzindo ou fazendo desaparecer conseqüências dêles que não se ajustassem à tranqüilidade dos alagoanos. Quando, para isso, foi preciso que eu

suportasse calado torpes agressões, não me faltou resignação para o sacrifício, sofrendo justos sentimentos de revolta, e embora para agir estivesse forte não somente de razão, mas de prestígio popular e político, e de poder material. Jamais considerei como ponto de referência da minha atuação o que diziam e o que faziam os meus adversários, mas o bem do povo. Nunca tive medo de parecer que tinha medo. Jamais receei ser mal julgado, se a consciência me dizia que eu estava certo. Jamais pratiquei um ato que não fôsse unicamente orientado pelo interêsse coletivo.

Tendo lutado pela paz dos alagoanos, estou em paz com a minha consciência, animado pela paz interior de haver feito o bem, apesar da tristeza que me traz a convicção de que muito mais poderia ter realizado, não fôsem os embaraços que me antepuseram. Só levo realmente do Govêrno uma tristeza: a de não haver feito mais pelo povo. Dos meus adversários levo uma queixa: a de se terem empenhado sistemáticamente em impedir que trabalhasse mais pela sua terra e pelo seu povo um alagoano de boa vontade que, alçado ao Govêrno, tudo queria fazer pelo Estado, e se achava em condições de fazê-lo. A ampliação do serviço de assistência social, a criação do Serviço de Menores, o Banco da Produção,

a divisão das terras públicas, o aumento do número de telefones de Maceió, são problemas que, entre outros, eu poderia ter resolvido, não fôsse a oposição sistemática que enfrentei.

Fui sempre coerente e conseqüente. Em 1951, recém-empossado e vitorioso, como em 1956, ao fim do meu mandato e com um adversário eleito para o Govêrno, não variou minha atitude, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista político. No último ano do meu período, trabalhou-se mais, em todos os setores, do que em qualquer outro ano. O clima democrático de 1956 é em Alagoas o mesmo de 1951, no que diz respeito ao Govêrno do Estado.

Não tenho ambições pessoais. Jamais havendo aspirado à altura a que cheguei, torno à planície com a alegria de quem sente que não falhou à expectativa generosa dos seus conterrâneos. E maior prêmio não quereria eu para os sacrifícios que aqui passei.

Volto à oposição, onde estive durante vinte e um anos.

O destino colocou-me numa situação singular: opositorista militante durante tão longo período, quando em 1950 cuidava de eleger-me deputado para, com o mandato popular, que exerceria pela primeira vez, continuar meu combate, sou convidado a partici-

par aqui de uma luta terrível, e conduzido pelo povo à chefia do Poder Executivo. A transição foi rápida demais para que eu não lhe sentisse os efeitos. Opositorista no âmbito nacional, não vim “apoiar” um govêrno, mas “chefiar” o govêrno de um pequeno Estado. Jornalista de oposição numa cidade como o Rio, com a liberdade de crítica assegurada, vim governar uma terra onde essa liberdade era negada violentamente.

Foi muito fecunda para mim a experiência, e por ela senti quanto é fácil criticar e quanto é difícil governar, quando se tem o senso da responsabilidade. Não calcula o povo como sofre, chamado ao Govêrno, um homem consciente da sua missão, a quem se dirigem os apelos de tôdas as necessidades e a quem faltam, geralmente, os meios para atendê-los. E, além dessa impossibilidade de fazer todo o bem reclamado, ainda depara êle adversários que, sem nenhum constrangimento, com a mais inocente naturalidade, o embaraçam e perturbam, como se agissem contra um homem de quem não dependesse o bem público, e que estivesse cuidando de seu interêsse individual e não do interêsse coletivo; como se se tratasse simplesmente de um daqueles participantes de corridas de velocidade, cujos pés se

amarram dentro de um saco para entravá-lhes a marcha.

Atente-se também em que, para realizar, não bastam os simples elementos de execução, pois, para o mais rápido e pleno êxito da execução mesma, se impõem atos e sofrimentos decisivos e incalculáveis, praticados e suportados nos bastidores, longe da vista do povo e aparentemente desligados da obra em si. Na construção de uma estrada, por exemplo, não se exige apenas a técnica, que planeja e executa, o dinheiro, com que se contrata, e as máquinas, com que se trabalha. Acima de tudo isso há o empenho, a vontade, a chama criadora, a luta sem tréguas, feita de pequenos nadas e de grandes agruras, nutrida na tenacidade, alimentada no idealismo e na coragem cívica com que se afastam os obstáculos, se apressa o trabalho e se garante a concretização do empreendimento. E a essas dificuldades e exigências de tôda ordem, que se apresentam ao governante consciente do seu dever, somem-se outras limitações, inclusive aquela, permanente, de silenciar, pois que o silêncio é também condição de bom sucesso, embora impeça de pronto o esclarecimento da verdade.

Afinal, lutamos cinco anos no Govêrno, e creio que não falhamos. Houve feitos mate-

riais numerosos, como o atesta a relação das realizações do Govêrno. Houve, no plano político, uma obra pedagógica que se exaltou na afirmação democrática de que se pode governar e realizar dentro de ampla liberdade. Não estêve ausente o Govêrno do movimento cultural, e nunca, como nestes cinco anos, se fêz tanto aqui pelas coisas da arte. Quanto à assistência social, dela não descurou o Govêrno, estimulando os movimentos de solidariedade humana e cooperando com as instituições e pessoas que os dirigiam. Nunca, por outro lado, repito, estêve o Govêrno tão integrado com o povo. Nunca, repito com orgulho, o governador se misturou tanto com a massa. Fui humilde até onde não compromettesse a autoridade do Poder Público.

Povo alagoano:

Volvido êste qüinquênio, constato com emoção que não desapareceram as vossas esperanças há cinco anos renascidas, e que elas continuam voltadas para os homens que promoveram a renovação de Alagoas. As esperanças satisfeitas deram margem a outras esperanças, e acentuaram a fé em nossos esforços pelo bem comum. Nós não tememos essas

esperanças, e, na oposição, saberemos, como soubemos no Govêrno, corresponder a elas. Bem calculamos, sem falsa modéstia, o que fizemos por nossa terra. Mas, se o nosso trabalho surpreende em relação ao atraso em que encontramos Alagoas, não nos satisfaz êle se consideramos os problemas graves que ainda clamam por solução. Depositários da confiança popular, não nos sentimos na oposição menos responsáveis do que no Govêrno. O equívoco de 1955, tendo-nos tirado o poder, não nos tirou a flama de lutar pelo bem-estar do povo alagoano, não diminuiu em nós a ânsia de servir. Não esmiuçaremos as causas dêsse equívoco, mas estamos certos, desde logo, que êle não exprime despreço ao Govêrno.

O povo, que promoveu a experiência de 1950, a uma nova experiência se entregará em 1956. Não se ouviu nem se ouvirá jamais de mim qualquer recriminação contra o pronunciamento das urnas de 3 de outubro último. Não são apenas as vitórias que fazem o homem público, como não se fortalece o ser humano apenas com as alegrias da vida. As derrotas, como os sofrimentos, têm, sabe-se, a maior importância no destino dos homens. Não há homem público completo se a sua área

de atividade se restringe ao Govêrno ou à Oposição. É preciso conviver realmente nos dois campos para ter uma visão do conjunto, para poder ser mais objetivo, mais justo e mais humano.

Alagoanos:

O atraso em que vivia o nosso Estado foi, com a violência dos últimos governos — que, abandonados pela simpatia popular, queriam manter-se a todo o custo prestigiados dentro da estagnação — um dos fatores da revolta do povo alagoano em 1950. Eleito então governador, não poderia eu ficar insensível aos sofrimentos da nossa gente, reduzida e reprimida nos seus justos anseios de liberdade e bem-estar, nem amedrontado ante a gravidade dos problemas para resolver.

A paz que em 1951 aqui instauramos não foi a paz do marasmo e da inércia, mas a do dinamismo e da construção para o bem geral, contra a fome e a miséria. Dentro dela vibrou o povo intensamente. Palavra e ação, vontade e fé se conjugaram, como fôrças de propulsão, para acionar Alagoas. Não houve indiferença, não houve pessimismo, não houve hostilidade que nos demovesse. Não tivemos hesitações, não tivemos dúvidas.

Quebramos, impetuosos, a rotina, e caminhamos com vigor para a frente. As questões pessoais não tiveram forças para influir nas nossas decisões e muito menos nos acontecimentos. A chama que nos iluminava e impulsionava era muito forte e muito viva para esmaecer por tão pouco. Alagoas então positivamente se renovou, experimentando em todos os setores de atividades o sópro vivificador de uma outra época, de que melhor falarão os dias futuros.

Antes escravizado, o povo conheceu no decorrer do meu mandato a liberdade e a paz. Antes desencantado e desiludido, acendeu nestes cinco anos o seu entusiasmo, a sua fé, e as suas esperanças. Certificou-se de que é possível a Alagoas progredir e viver dentro da liberdade. Concluiu que o bem comum não é um ideal inatingível e depende apenas da boa vontade dos homens públicos conscientes e conseqüentes, apoiados pela massa.

Como não há paixão política nem ódio nem inveja que possa ocultar os nossos esforços construtivos, não haverá incapacidade ou má vontade de govêrno que paralise a marcha de Alagoas. Isto só seria possível se desaparecessem os problemas e as necessidades, que, ao contrário, estão muito vivos e bem

postos, como evidentes, à luz do sol, se mostram as realizações do meu Govêrno. Minha tranqüillidade de consciência, ao deixar o poder, funda-se não apenas na certeza da missão cumprida, mas ainda na segurança de que o povo defenderá suas conquistas de 1950. É possível que tenhamos de viver dias atrozes. Mas estou convicto de que o povo, todos os alagoanos de boa vontade, até os mais humildes, dirão “não” aos que desejem acabar com a liberdade, a paz e o progresso de Alagoas.

Não fiz uma política de circunstâncias. O plano do meu Govêrno nada tem de pessoal, e pode ser continuado por quem quer que seja. Creio exprimir o pensamento de quantos lutaram nestes cinco anos pela grandeza de Alagoas se afirmo que a nossa ação será invariavelmente orientada no sentido dessa grandeza, estejamos ou não no poder. Não repetiremos jamais o êrro dos nossos adversários, que tudo fizeram para que o governador nada realizasse, dominados por um absurdo negativismo e sem qualquer poder criador.

Mantive-me, no Govêrno, como um intérprete da vontade popular, e, na oposição, não quero ser senão isso. Não fui, no Govêrno, contra a oposição, mas por Alagoas, pelo povo alagoano. Não farei agora, como nunca

fiz, oposição contra Alagoas, mas contra o Governo. O ódio dos meus adversários não me levará jamais a esquecer os meus deveres para com a nossa terra, por cujo engrandecimento lutarei sempre.

Se alguma coisa eu pudesse pedir nesta hora aos meus amigos, aos que queiram ouvir minha palavra, seria que considerem sempre que a terra não é menos nossa nem o povo merece menos de nós por havermos perdido as eleições. Devemos ter sempre em vista esta simples verdade: os homens passam, e o povo fica. Aguardemos os atos do futuro Governo, e conduzamo-nos de modo que êle não nos possa culpar dos seus erros e malogros. E estejamos preparados para combatê-lo com tôdas as nossas energias se êle se decidir — ai dêle! — pelo caminho do mal.

Neste momento, estimaria dirigir-me especialmente aos meus conterrâneos mais jovens, àqueles que mais se beneficiarão dos bons resultados dos nossos esforços ou mais longamente sofrerão com as desgraças que caíam sôbre Alagoas.

Dos novos governantes não quero complacência. Meus adversários, espero que, como anunciaram, abram todos os inquéritos. Dêles estou certo de que sairá engrandecido o meu

Govêrno, cujo padrão de moralidade administrativa se acha acima de qualquer suspeita. Se, porém, por infelicidade, algo se apurar de reprovável, serei o primeiro a não prestigiar o desacêrto.

No instante em que me despeço do poder, volto meu pensamento para todos os lutadores do meu partido, nestes dez longos anos. Se alguns dêles, mais habituados à desenvoltura que nos permite a condição de oposicionistas, por vêzes estranharam as linhas de conveniência do Govêrno e manifestaram impaciência e incompreensão; se, marcados mais fortemente pela experiência da oposição, se surpreenderam com medidas tomadas pelo meu Govêrno sob o imperativo das circunstâncias e dos acontecimentos — pelo Govêrno, que faz mais o que pode e o que deve do que pròpriamente o que quer — isso não lhes tira, aos meus olhos, os grandes serviços que prestaram à causa da democracia, ao bem-estar do povo alagoano e à minha administração; e espero sinceramente que o tempo os esclareça melhor que as minhas palavras.

Ressalto a inestimável cooperação que me deram todos os meus auxiliares e correligionários, dos mais categorizados aos menos graduados. E ressalto ainda todos os alagoanos,

do mais ilustre ao mais humilde, que me ajudaram, direta ou indiretamente, a levar a bom termo a minha tarefa. Meu Govêrno não se constituiu, realmente, apenas dos meus auxiliares e dos meus correligionários. Tive colaboradores em tôda parte, em numerosas instituições, nos sindicatos operários e patronais, nos meios mais modestos como nos círculos exponenciais da nossa vida econômica, financeira e social. A todos ouvi sempre com atenção, dêles recebi ajuda, e com êles procurei cooperar, sempre que minha cooperação se fazia necessária. A êles, pois, os meus agradecimentos, com as minhas congratulações pela obra que juntos construímos.

E espero agora que continuemos todos a lutar pelo bem de Alagoas, seja qual fôr o setor em que nos coloque o destino. Findou-se um período de govêrno, mas a cruzada pela redenção da terra comum ainda tem muito que realizar. Acendeu-se com a fé do povo a estrêla da manhã, que há de permanecer iluminando os nossos passos a fim de sermos cada vez mais dignos de Alagoas e do Brasil.



ESTE LIVRO FOI CONFECCIONADO NAS
OFICINAS DE "ARTES GRÁFICAS BISORDI
LTD.", NA RUA DO HIPÓDROMO, 63/69,
SÃO PAULO, PARA A
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA,
RIO DE JANEIRO,
CONCLUINDO-SE A IMPRESSÃO
EM 17 DE ABRIL DE 1958.



"Então uma geração de meninos grudou-se comigo. Seriam eles os meus melhores amigos. Jorge de Lima e eu éramos os mais velhos entre tantos rapazes que namoravam as letras. Arnon de Mello, aos 15 anos, revia os meus artigos e, já neste tempo, trabalhava para poder estudar.

Revejo os tempos idos. E quem estava ali nos braços do povo, de todo o povo, era o menino Arnon de Mello, eleito pelas urnas, vencedor da violência, do ultraje, das insanidades, de tôdas as misérrimas batalhas.

Fomos encontrando uma população de dentes de fora, na exuberância de vivas, de palavras tocantes, de aplausos gerais.

O novo governador era um filho da terra, rapaz de mãos limpas e de coração bom. Era um alagoano como os há muitos em Alagoas, um homem de bem, um homem capaz, um homem limpo. Nem o foguetório podia abafar a gritaria dos que estavam à beira da estrada para ver de perto o libertador que entrava. As mulheres do povo traziam as flôres da terra, para que bem vissem que aquêle vermelho dos *bougainvilles* era como o sangue de suas veias, *sangue que o punhal e o trabuco fizeram correr no solo materno*. Gritavam pelo nome de Arnon como se chamassem pelo nome de um filho, de um irmão, de um camarada."

JOSE LINS DO REÇO
(O Globo — Rio, 2-2-1951)



"Conhecendo Arnon de Mello há 20 anos, nada lhe devendo em matéria de favor pessoal, posso depor a seu respeito: não conheço caráter mais cristalino, nem privei com profissional de imprensa mais digno do que êle, no meu quarto de século de vida de jornal. Alagoas precisa de Arnon de Mello."

R. MAGALHÃES JÚNIOR
(Diário de Notícias — Rio,
22-1-1951)

Algumas opiniões sôbre ARNON DE MELLO

"Vi-o, muitas vêzes, deixar os próprios negócios, durante horas e dias, para, desinteressadamente, servir a amigos ou conhecidos que lhe solicitavam a assistência, no campo daqueles mesmos negócios ou em outro qualquer terreno. Hoje, vejo-o deixar tudo, todos os interesses, os comerciais e os da amizade particular, para entregar-se de todo à sua vocação de servir — de servir em esfera mais ampla: à terra, aos conterrâneos, à gente das Alagoas."

AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA
(Jornal de Alagoas — Maceió, 1-10-1950)

"Bem conheço a ação do Governador Arnon de Mello, porque, na direção do DNER, tive oportunidade de debater com Sua Excelência assuntos do interesse do Estado. O que o Governador Arnon realizou em Alagoas foi uma obra impressionante, que coloca este pequeno Estado na frente dos maiores Estados do país. Sinto-me feliz por ter ajudado o Governador Arnon a realizar empreendimento tão notável. Alagoas é hoje um exemplo para o Brasil. Suas estradas são perfeitas e impressionam profundamente a quantos conheçam a situação do Brasil, com tão pouca quilometragem de estradas pavimentadas."

Engenheiro REGIS BITENCOURT
(Em Maceió, 29-1-1956)

"Do ponto de vista pessoal, é uma bela vitória a dêsse jornalista que desembarcou no Rio, vindo de sua província, sem dinheiro e sem outras armas que não a de uma simpatia irradiante e a disposição de ser alguém. Agora êle volta ao seu Estado para lhe restituir a segurança e porventura lhe dar, nos trabalhos da construção de uma ordem social e econômica mais estável, algo dêsse senso de organização que lhe assegurou a primeira vitória, a eleitoral."

CARLOS LACERDA
(Tribuna da Imprensa — Rio, 17-1-1951)

"Arnon de Mello tem dezenove anos, e mostra que os tem... na fácil profusão dos seus períodos, nas suas observações apressadas, na sua boa fé, no seu desinteresse. Com êste, afirma-se-lhe o caráter, a independência moral. Estreando-se no jornalismo, não foi procurar os poderosos do dia, mas os abatidos da hora. Pena é que uns e outros, salvo poucas exceções, se pareçam tanto. Mas é fato que a sua simpatia se expande sôbre as vítimas. Não interrogou os vencedores, mas os vencidos."

GILBERTO AMADO
(Do prefácio de Os Sem-Trabalho da Política)

"Entre os livros que o movimento revolucionário de 1930 inspirou, diretamente ou nas suas conseqüências, êste [Os Sem-Trabalho da Política] é um dos mais interessantes. Livro de piedade e de simpatia. Livro de sentimento e de história. Livro, sobretudo, de um belo talento, que se está completando, e de um formoso coração, que está feito."

HUMBERTO DE CAMPOS
(O Jornal — Rio, 12-7-1931)

"Mas não vale discutir, quando o livro [São Paulo Venceu!] é inteligente e revela, além de um escritor, um caráter forte e independente."

COSTA RÊGO
(A Tribuna — Santos, 24-5-1933)

"Podem os alagoanos estar certos de que têm um grande administrador, um verdadeiro estadista, à frente posso afirmar que o povo de Alagoas na hipótese de vir a eleger-se um Arnon de Mello, se lhe fôr dada a realização e de preservar o regim

Senado Federal



SEN00225825